



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO. 2017

INDICADORES SÓCIO-DEMOGRÁFICOS MOCAMBIQUE

PARCEIROS:



WORLD BANK



AGÊNCIA ITALIANA
DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO



Norwegian Embassy
Maputo



In partnership with

Canada



UKaid
from the British people



unicef
para cada criança



सत्यमेव जयते



FSDMo
INVESTINDO EM INCLUSÃO FINANCEIRA

PRESIDÊNCIA

Eliza Mónica Ana Magaua

Presidente

Ficha técnica

Título:

IV Recenseamento Geral da População e Habitação.
Indicadores Sócio-demográficos Moçambique

Editor:

Instituto Nacional de Estatística

Av. 24 de Julho, nº 1989, Caixa Postal 493. Maputo
Telefones: +25821305529
Fax: +258 21305529
E-Mail: info@ine.gov.mz
Homepage: www.ine.gov.mz

Direcção

Pedro Duce e Elísio Mazive

Coordenação:

António Adriano, Abdulai Dade, Maria Alfeu e João Mangué

Produção:

Abdulai Dade, Maria Alfeu, João Mangué, Fátima Zacarias,
Muemed Cassimo, Celso Zunguze, Isaura Muchanga, Cremilde Guerra,
Julieta Canda, Juvêncio Paníça e Francisco Macaringue

Revisão de conteúdo:

Pedro Duce, Elísio Mazive, Abdulai Dade e Muemed Cassimo

Revisão linguística:

Luís Pedro Vasconcelos

Parceiros:

Banco Mundial, Trust Fund (FNUAP, Itália, Noruega, Suécia,
Canadá e Reino Unido), UNICEF, Governo da Índia e FSDMoç.

Design e Grafismo:

Vicente Mazoio

Difusão:

Instituto Nacional de Estatística

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
1. TAMANHO, ESTRUTURA E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	5
2. FECUNDIDADE	8
3. MORTALIDADE.....	11
4. ESTADO CIVIL.....	14
5. AGREGADOS FAMILIARES	16
6. FORÇA DE TRABALHO	18
7. EDUCAÇÃO	20
8. LÍNGUAS	25
9. NACIONALIDADE E TIPO SOMÁTICO/ORIGEM	28
10. RELIGIÃO.....	31
11. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	33
12. ORFANDEDE	37
13. REGISTO DE MENORES.....	39
14. HABITAÇÃO.....	43
15. POSSE DE BENS DURÁVEIS	47
16. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	50
17. INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE	53

INTRODUÇÃO

O presente documento foi elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) com o propósito de prover aos usuários informação estatística sobre população e habitação, assim como as principais características sócio-demográficas, a partir dos resultados definitivos do IV Recenseamento Geral de População e Habitação de 2017 (Censo 2017).

Os dados cobrem uma ampla gama de temas: população em geral, fecundidade, mortalidade, estado civil, agregados familiares, força de trabalho, educação, línguas, nacionalidade e tipo somático/origem, religião, deficiência, registo de menores de 18 anos, orfandade, migração, habitação, bens duráveis, uso de tecnologias de informação e comunicação e inclusão financeira.

Os dados são apresentados de forma simples e directa. Os textos que os acompanham são precisos e de fácil compreensão. O objectivo dos textos é guiar e ajudar o leitor na interpretação dos dados, enfatizando valores extremos, qualificando cifras, descrevendo formas de distribuições e aventurando algumas explicações.

O anterior Censo de População e Habitação foi realizado em 2007. Portanto, passaram -se 10 anos até a realização do Censo de 2017. Dada a elevada procura de informação, o INE decidiu publicar uma série de brochuras nacionais e provinciais, entre outras publicações.

Esta publicação é parte do conjunto de produtos censitários do programa de disseminação de resultados do Censo 2017. O INE espera que esta publicação seja de interesse para os usuários da informação censitária.

1. TAMANHO, ESTRUTURA E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

O tamanho da população refere-se ao número de pessoas que residem no território, o crescimento diz respeito às mudanças do referido tamanho, no tempo. A estrutura retrata a composição da população, por determinadas características, das quais se destacam sexo e idade.

Segundo os resultados definitivos do Censo 2017, a população recenseada em Moçambique foi de 26 899 105 habitantes. Numa operação estatística complexa, como um recenseamento, nem sempre é possível abranger todos os habitantes. O inquérito de cobertura, realizado um mês depois do Censo, mostrou que 3,7% da população não foi recenseada, por diferentes motivos. Considerando esta taxa de omissão, a população de Moçambique foi ajustada. Assim, a população do País, em 2017, era de 27 909 798 habitantes. Os indicadores foram calculados com base na população recenseada.

O Censo 2017 mostrou que cerca de 32,6 % da população de Moçambique residia nas áreas urbanas e 67,4% nas áreas rurais. De 2007 à 2017, a população aumentou em 6 266 671 habitantes, o que representa um incremento de 30,4%. Existe uma diferença na percentagem de homens e mulheres, sendo 48,1% dos habitantes do sexo masculino e 51,9% do sexo feminino (Quadro 1.1). Esta diferença, entre homens e mulheres, observa-se em quase todas as províncias, destacando-se as províncias de Gaza (45,3%) e Inhambane (45,8%), como as províncias com a menor percentagem de homens. Possivelmente, este facto esteja relacionado com a emigração masculina que acontece nestas duas províncias.

QUADRO 1.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR SEXO E RAZÃO DE MASCULINIDADE, SEGUNDO PROVÍNCIA E ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

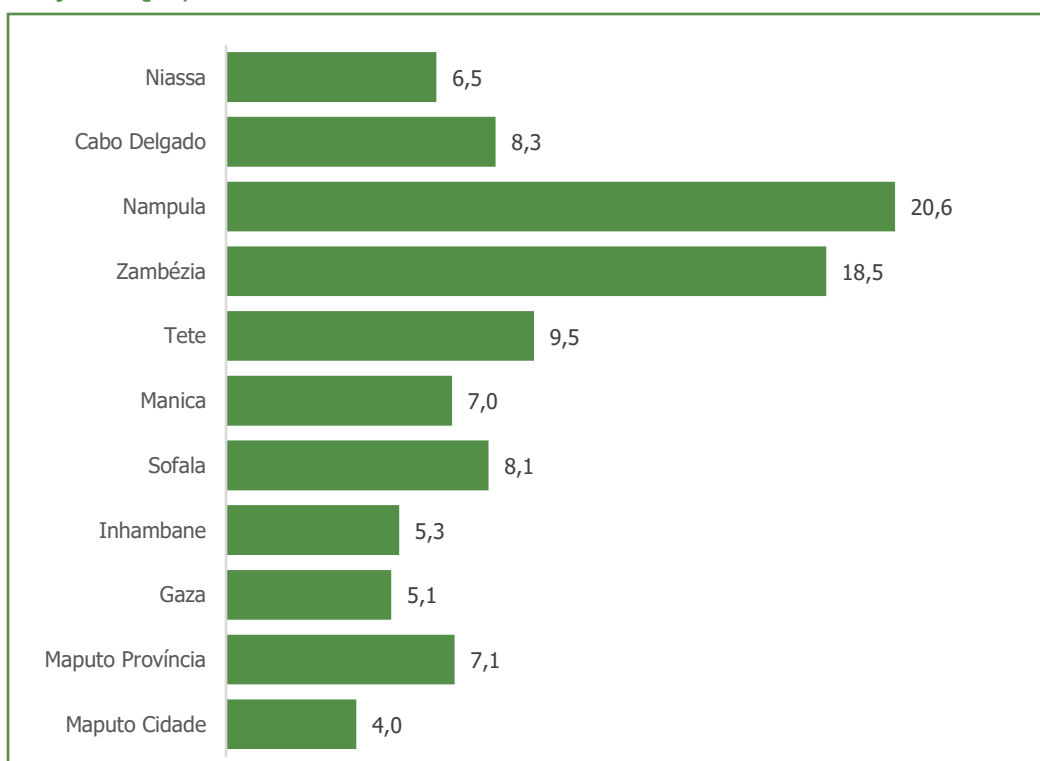
Área de Residência e Província	População	Percentagem		Razão de Masculinidade
		Homens	Mulheres	
Total	27 864 265	48,1	51,9	92,6
Área de Residência				
Urbano	9 290 347	48,5	51,5	94,0
Rural	18 573 918	47,9	52,1	91,9
Província				
Niassa	1 808 010	48,3	51,7	93,5
Cabo Delgado	2 316 842	48,4	51,6	94,0
Nampula	5 750 350	48,8	51,2	95,2
Zambézia	5 156 587	47,9	52,1	92,1
Tete	2 644 650	48,9	51,1	95,6
Manica	1 942 781	47,9	52,1	91,8
Sofala	2 255 439	48,4	51,6	93,8
Inhambane	1 486 340	45,8	54,2	84,4
Gaza	1 420 109	45,3	54,7	82,9
Maputo Província	1 964 779	47,9	52,1	91,9
Maputo Cidade	1 118 378	48,5	51,5	94,0

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A diferença na percentagem de homens e mulheres é mais notória quando analisamos a razão de sexo entre as províncias. A razão de sexo na província de Gaza é de cerca de 83, significando que existem 83 homens para cada 100 mulheres. Para Inhambane é de cerca de 84, significando que existem cerca de 84 homens para cada 100 mulheres. A razão de sexo é, relativamente, maior nas províncias de Tete (95,6%) e Nampula (95,2%).

Quanto à distribuição percentual da população do País, por província, destacam-se as províncias de Nampula e Zambézia, como as mais populosas, com 20,6% e 18,5%, respectivamente, perfazendo 39,1% da população do País. Em seguida, tem-se as províncias de Tete (9,5%), Cabo Delgado (8,3%) e Sofala (8,1%). A Cidade de Maputo é a menos populosa, com 4,0 % da população (Gráfico 1.1).

GRÁFICO 1.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

De um modo geral, a população moçambicana é jovem, pois cerca de 46,6% desta tem menos de 15 anos de idade. Ademais, a idade mediana é de 16,6 anos, significando, assim, que metade da população tem idade inferior a 16,6 anos. Por outro lado, a população idosa, com idade igual ou superior a 65 anos, corresponde a 3,3% (Quadro 1.2).

Os dados mostram, ainda, que o maior percentual da população idosa concentra-se na área rural (3.5%), em comparação com a urbana (2.7%).

A razão de dependência indica a relação entre a população potencialmente dependente economicamente (0 à 14 anos e 65 anos e mais) e a população em idade activa (15 à 64 anos). Em Moçambique, para cada 100 pessoas potencialmente activas, existem cerca de 99,6 pessoas potencialmente inactivas, sendo maior na área rural do que na área urbana, com 111 e 80, respectivamente.

Ainda no Quadro 1.2, nota-se que Moçambique registou um crescimento médio anual de 2,6%, entre 2007 e 2017, tendo sido maior na área urbana (3,2%) do que na rural (2,3%).

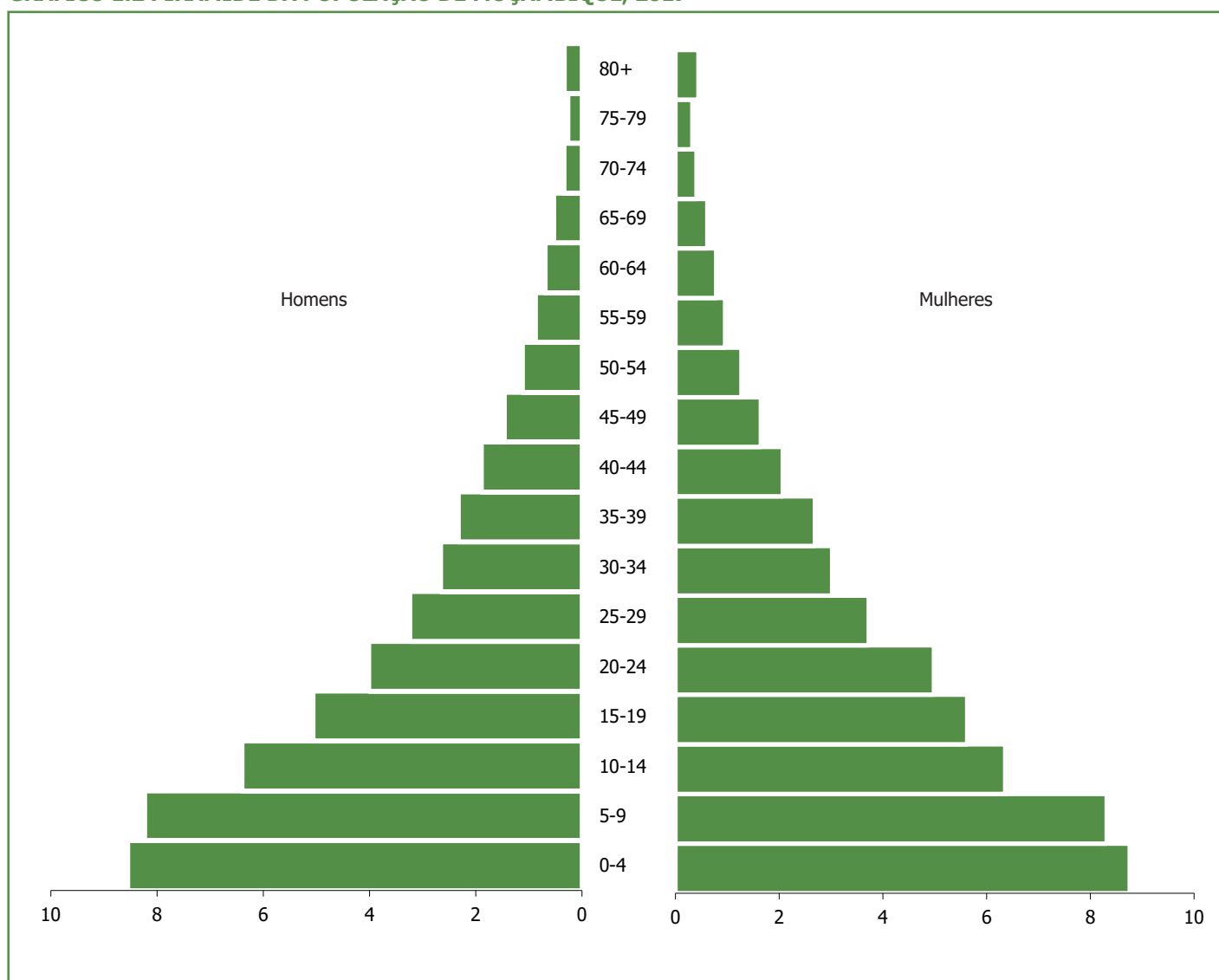
QUADRO 1.2 INDICADORES DA COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Indicadores	Total	Urbano	Rural
N	27 864 265	9 2290 347	18 573 918
Grupos funcionais de idade			
Total	100,0	100,0	100,0
0 - 14	46,6	41,7	49,1
15 - 64	50,1	55,6	47,4
65 +	3,3	2,7	3,5
Razão de dependência (%)	99,6	80,0	111,0
Idade mediana (anos)	16,6	18,6	15,4
Taxa anual de crescimento (%)	2,6	3,2	2,3

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

A pirâmide etária da população apresenta uma base larga, mostrando o carácter jovem da população de Moçambique, conforme acima mencionado (Gráfico 1.2).

GRÁFICO 1.2 PIRÂMIDE DA POPULAÇÃO DE MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

2. FECUNDIDADE

A compreensão da evolução da fecundidade desempenha um papel importante na dinâmica demográfica. As mudanças da fecundidade têm um impacto directo na estrutura e crescimento da população, principalmente para os países com altas taxas de crescimento. A análise da fecundidade mede a ocorrência dos nascimentos em uma determinada população.

Os indicadores de fecundidade em Moçambique são apresentados no Quadro 2.1. A taxa bruta de fecundidade, indica o número de nascimentos por cada mil habitantes. No País, nos últimos doze meses anteriores ao censo, nasceram cerca de 39 crianças em cada 1 000 habitantes. Na área urbana, nasceram 34 crianças e, na rural, cerca de 41, em cada 1 000 habitantes. Embora seja de cálculo fácil e interpretação directa, este indicador é muito afectado pela estrutura etária da população.

A Taxa Global de Fecundidade (TGF) expressa o número médio de filhos que uma mulher teria até ao final da sua vida reprodutiva, se mantivesse o comportamento reprodutivo actual. A TGF é o indicador de fecundidade mais utilizado em demografia, porque está isento do efeito da estrutura da população, o que facilita as comparações entre diferentes populações e períodos de referência. A TGF para Moçambique, em 2017, foi de 5,2 filhos por mulher e, na área urbana e rural, foi de 4,1 e 5,7 filhos por mulher, respectivamente (Quadro 2.1).

QUADRO 2.1 INDICADORES DE FECUNDIDADE POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Indicadores	Total	Urbano	Rural
Taxa bruta de natalidade	38,7	33,9	41,1
Taxa global de fecundidade	5,2	4,1	5,7
Idade média da fecundidade	30,3	29,6	30,5

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

As taxas específicas de fecundidade, por área de residência, são apresentadas no Gráfico 2.1, isto é, o número médio de filhos nascidos vivos, por cada 1 000 mulheres nas idades correspondentes a cada grupo etário. Estas taxas indicam o calendário da fecundidade, retratando as idades nas quais as mulheres têm os seus filhos.

Como a fecundidade é maior na área rural, a curva respectiva está localizada acima da correspondente à área urbana. Entretanto, a forma das duas curvas é similar, reflectindo uma distribuição semelhante dos nascimentos, por idades, das mulheres das duas áreas (urbana e rural). Analisando estas taxas, para ambas as áreas, constata-se uma concentração de nascimentos nos grupos 20-24 e 25-29 anos de idade, seguida de um declínio. As mulheres tendem a concentrar a sua fecundidade em idades comparativamente jovens, ainda que uma proporção, significativa, de mulheres continue tendo filhos até o final dos seus períodos reprodutivos.

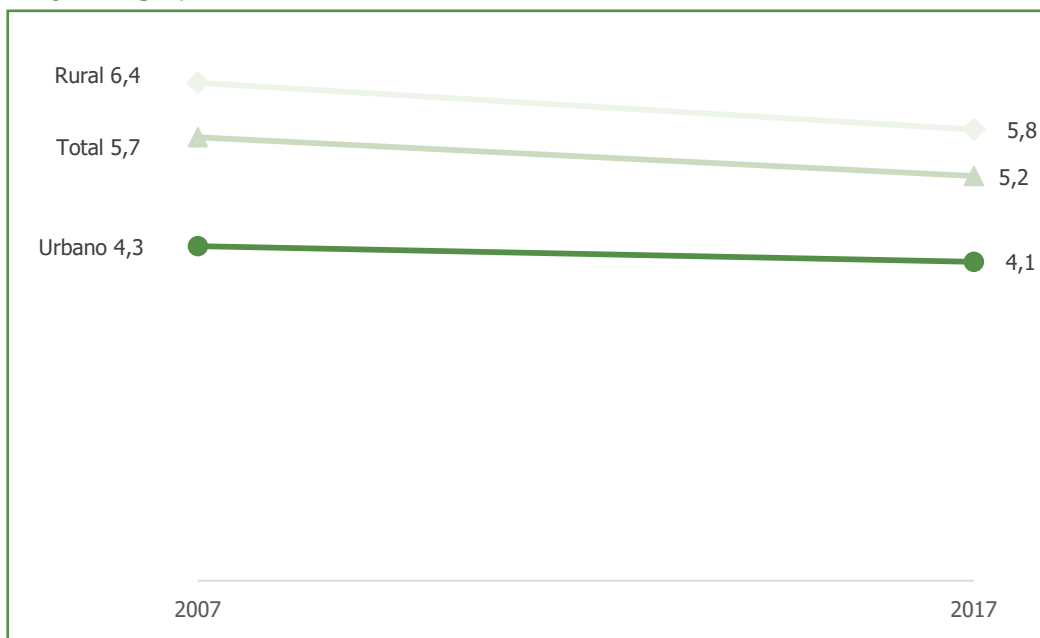
GRÁFICO 2.1 TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE, POR ÁREA DE RESIDENCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A análise da tendência da fecundidade, no País e por área de residência, sugere que as TGF continuam a ser, substancialmente, mais elevadas na área rural, em comparação com a urbana (Gráfico 2.2). Entre 2007 e 2017, no País, a taxa global de fecundidade reduziu de 5,7 para 5,2, filhos por mulher. Na área urbana, a TGF registou uma ligeira diminuição, passando de 4,3 filhos, por mulher, para 4,1. Em relação a área rural, observou-se uma redução de 6,4 filhos, por mulher, para 5,8.

GRÁFICO 2.2 TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007 e IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Entre 2007 e 2017, houve uma ligeira diminuição de nascimentos, em quase todos os grupos etários, excepto no grupo 15-19 anos, onde o nível de fecundidade manteve-se constante. Em 2007 o pico da fecundidade foi registado no grupo etário 25-29 anos. Em 2017, o ápice da distribuição da fecundidade foi no grupo 20-24 anos, declinando, gradualmente, em seguida (Gráfico 2.3).

GRÁFICO 2.3 TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007 e IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

3. MORTALIDADE

A análise da mortalidade mede o grau com que as mortes vão ocorrendo numa determinada população. A sua importância está no facto de que estas vão determinando, conjuntamente com a fecundidade e as migrações, o crescimento e a estrutura da população.

A Taxa Bruta de Mortalidade, dada pelo quociente entre o número de óbitos ocorridos num ano e a população total, foi de 12,3, por 1000 habitantes, sendo mais elevada na área rural (12,6) que na urbana (11,7).

O indicador mais utilizado para medir a mortalidade é a esperança de vida ao nascer. Este mostra o número médio de anos que se espera que uma pessoa nascida num determinado ano viva, se as condições de mortalidade existentes no país forem constantes. Quanto menor for a mortalidade, maior será a esperança de vida ao nascer. Em geral, na maioria dos países do mundo, a esperança de vida ao nascer, dos homens, é menor que a das mulheres.

Em Moçambique, a esperança de vida ao nascer é de 53,7 anos, sendo 51,0 anos para os homens e 56,5 anos para as mulheres. Por área de residência, a diferença entre a esperança de vida ao nascer é 4,3 anos, sendo maior para a área urbana (Quadro 3.1).

QUADRO 3.1 ESPERANÇA DE VIDA POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

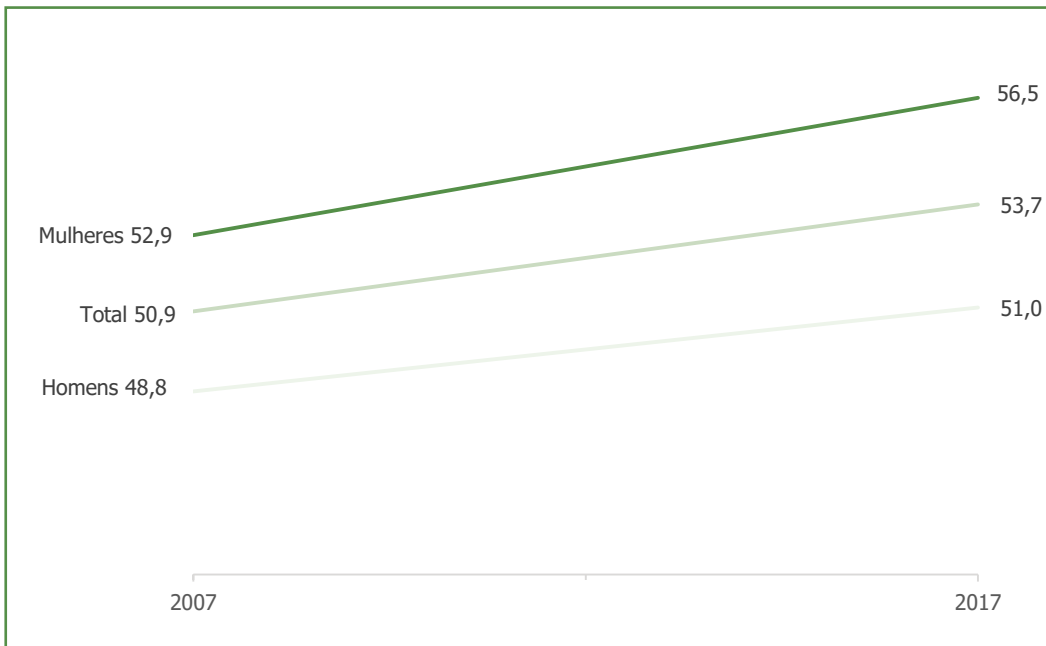
Área de residência	Total	Homens	Mulheres
Esperança de vida ao nascimento			
Total	53,7	51,0	56,5
Urbano	56,6	53,7	59,3
Rural	52,3	49,6	55,1
Esperança de vida aos 10 anos			
Total	52,7	49,7	55,7
Urbano	55,3	52,2	58,4
Rural	50,1	47,2	53,7

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Considerando o grande peso que a mortalidade na infância tem na esperança de vida ao nascer é, também, importante considerar a esperança de vida de outras idades. No Quadro 3.1, foi incluída a esperança de vida aos 10 anos, a qual é de 52,7 anos, sendo maior para as crianças do sexo feminino (55,7 anos), em comparação com as crianças do sexo masculino (49,7 anos).

Entre 2007 e 2017, a esperança de vida da população ao nascer aumentou de 50,9 anos para 53,7 anos. Neste período, o número médio de anos que se espera que uma pessoa nascida num determinado ano viva, aumentou em 2,8 anos (Gráfico 3.1).

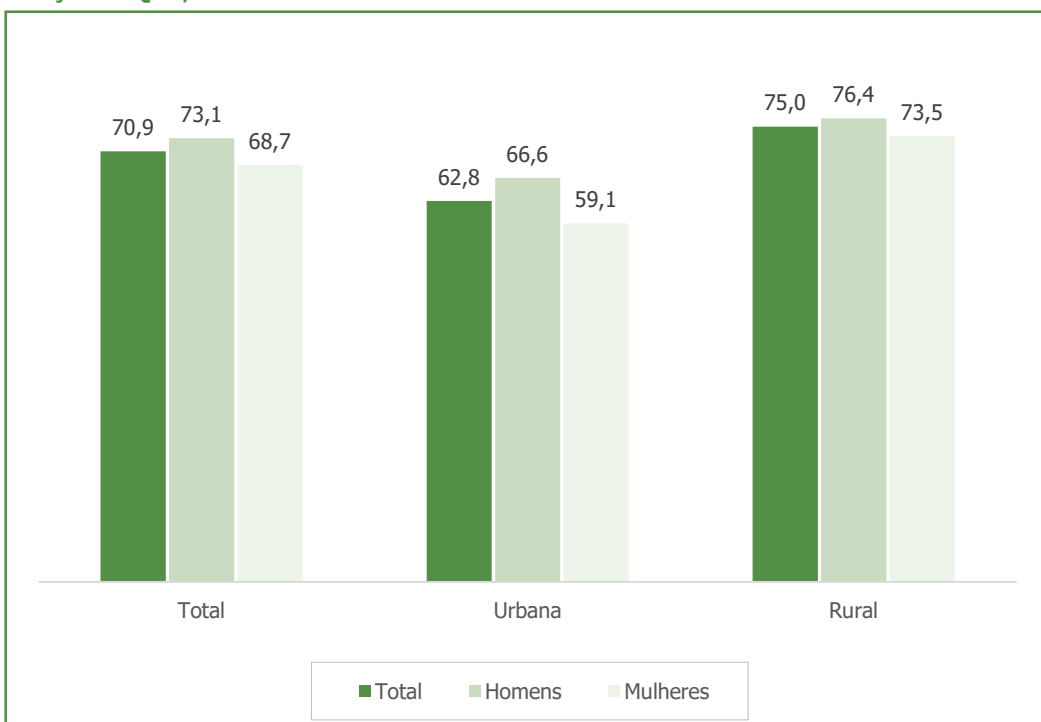
GRÁFICO 3.1 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER. MOÇAMBIQUE, 2007-2017



Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Mortalidade infantil define-se como a probabilidade de um nascido vivo morrer antes de atingir o primeiro ano de vida. Este é um dos indicadores adequados para medir o nível de desenvolvimento sócio-económico e o estado de saúde duma população. Em 2017, a taxa de mortalidade infantil foi de 70,9 óbitos em cada 1 000 nascidos vivos, sendo maior para os homens (73,1 óbitos em cada 1 000 nascidos vivos). Por área de residência, a mortalidade infantil é mais elevada na rural (75,0 óbitos em cada 1000 nascidos vivos) comparativamente à urbana (62,8 óbitos em cada 1 000 nascidos vivos). Ver o Gráfico 3.2.

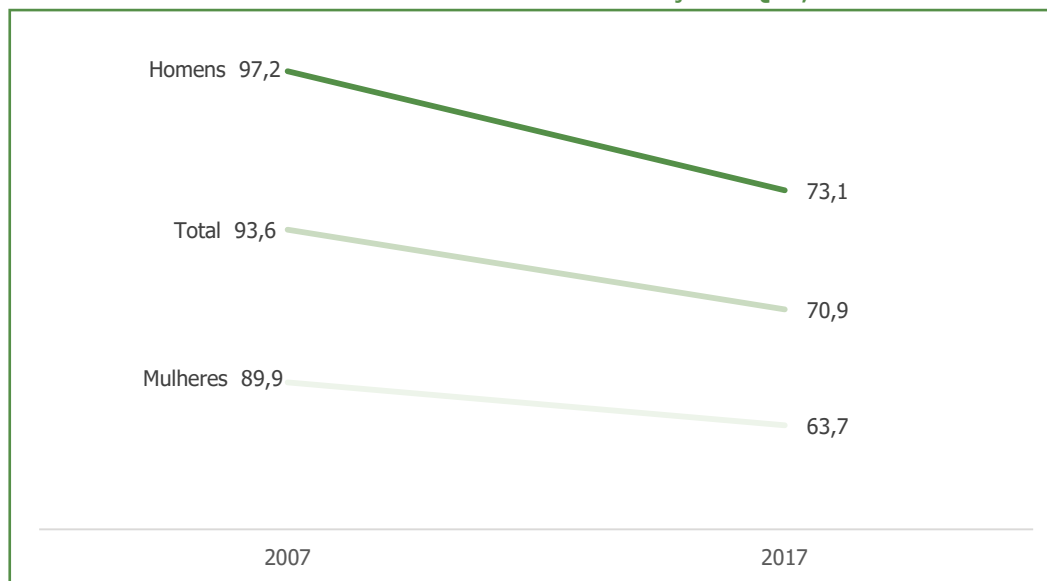
GRÁFICO 3.2 MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A taxa de mortalidade infantil decresceu de 93,6, em 2007, para 70,9, em 2017, por cada mil nascidos vivos. Tanto para os homens como para as mulheres, a taxa de mortalidade infantil tem vindo a reduzir, no período em análise. Para os homens, passou de 97,2 para 73,1 e, para as mulheres, passou de 89,9 para 63,7 por cada mil nascidos vivos (Gráfico 3.3).

GRÁFICO 3.3 MORTALIDADE INFANTIL POR SEXO. MOÇAMBIQUE, 2007-2017



Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

4. ESTADO CIVIL

O estado civil ou conjugal é uma característica sócio-demográfica básica das pessoas, que abrange aspectos biológicos, sociais, económicos, legais e, em muitos casos, religiosos. A composição da população segundo esta variável é o resultado de três eventos vitais.

O primeiro evento é a união, relativamente permanente, de duas pessoas de sexo oposto, com o propósito de constituir uma família. Quando a união tem um carácter legal designa-se por casamento ou matrimónio e, quando a união é de facto, designa-se por união marital ou seja matrimónio tradicional. Neste sentido, não pode ser considerada como uma simples união consensual, mas sim como um matrimónio tradicional.

O segundo evento é a dissolução da união por decisão de um dos cônjuges ou de ambos. Quando a dissolução é legal, designa-se por divórcio e, quando é de facto, por separação. O terceiro evento é o óbito de um dos cônjuges. O cônjuge sobrevivente torna-se viúvo ou viúva. Estes eventos mudam, permanentemente, a distribuição das pessoas por estado civil.

Sobre a distribuição percentual da população de 12 anos e mais, por sexo, segundo estado civil, tanto em 2007 como em 2017, a percentagem dos que estão em união marital constitui a maioria, com 42,9% e 42,0%, respectivamente.

Há mais solteiros, entre os homens (41,7%) do que entre as mulheres (32,8%). Em contrapartida, há mais viúvas (6,7%), do que viúvos (1,0%). Ver Quadro 4.1.

QUADRO 4.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS, POR SEXO, SEGUNDO ESTADO CIVIL. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017

Estado Civil	2007			2017		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Nacional						
N	12 126 215	5 716 368	6 409 847	16 336 974	7 665 356	8 671 618
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solteiro	31,2	37,8	25,2	37,0	41,7	32,8
Casado	15,1	15,7	14,6	13,8	14,1	13,6
União Marital	42,9	41,8	43,9	42,0	41,8	42,2
Divorciado/ Separado	4,5	2,2	6,6	3,2	1,4	4,8
Viúvo	5,1	1,3	8,4	4,0	1,0	6,7
Desconhecido	1,2	1,2	1,2	0,0	0,0	0,0

Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Por área de residência, cerca de 45% da população urbana é solteira, seguida de 37,1% em união marital. Entretanto, na área rural, cerca de 45% da população está em união marital, seguido de solteiro com 32,7% (Ver Quadro 4.2).

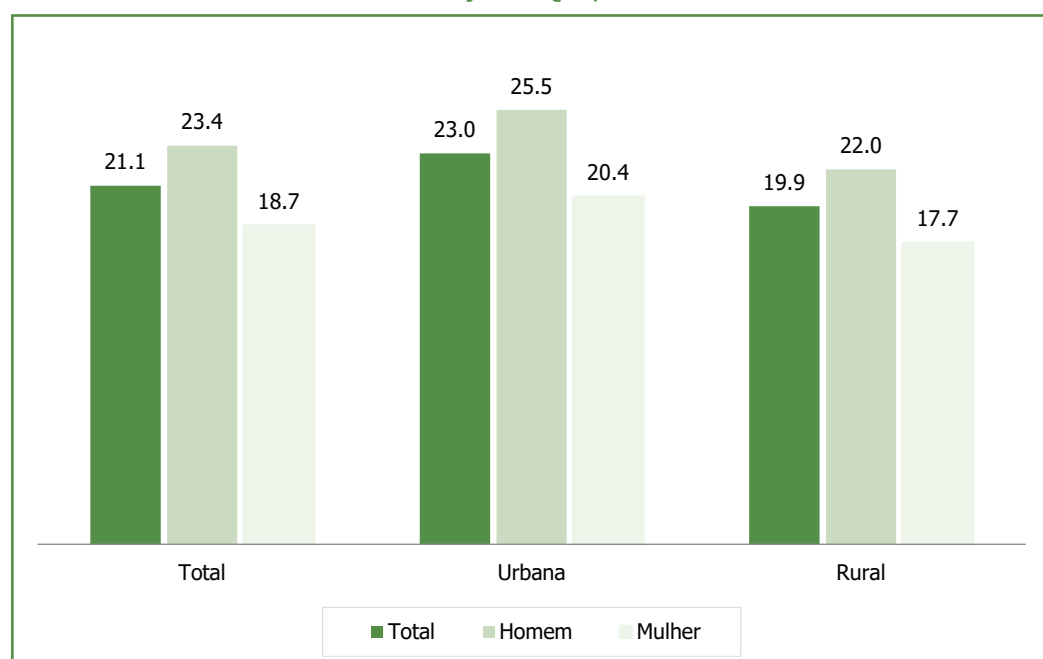
QUADRO 4.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 12 ANOS E MAIS POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E ESTADO CIVIL. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017

Estado Civil	2007			2017		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Urbana						
N	4 006 867	1 962 689	2 044 178	5 905 661	2 827 268	3 078 393
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solteiro	40,6	46,6	34,9	44,6	48,2	41,3
Casado	12,8	13	12,7	12,1	12,2	11,9
União Marital	36,6	35,8	37,4	37,1	37,3	36,8
Divorciado/Separado	4,4	2,2	6,4	2,7	1,3	3,9
Viúvo	4,3	1,2	7,3	3,6	0,9	6
Desconhecido	1,3	1,2	1,3	0	0	0
Rural						
N	8 119 348	3 753 679	4 365 669	10 431 313	4 838 088	5 593 225
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Solteiro	26,5	33,2	20,7	32,7	37,9	28,1
Casado	16,2	17,1	15,5	14,8	15,2	14,5
União Marital	46,1	45	46,9	44,8	44,4	45,1
Divorciado/Separado	4,6	2,2	6,7	3,5	1,5	5,3
Viúvo	5,5	1,4	9	4,2	1	7
Desconhecido	1,1	1,1	1,1	0	0	0

Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Um indicador de grande interesse na análise do estado civil e estudos demográficos, é a idade média à primeira união/casamento. Na maioria das sociedades, as mulheres casam mais cedo do que os homens. Este cenário, também, é observado em Moçambique, onde a idade média à primeira união/casamento é 18,7 anos para as mulheres e 23,4 anos para os homens. Esta situação ocorre tanto na área urbana tal como na área rural. Entretanto, a idade média à primeira união/casamento é maior na área urbana do que na área rural (Gráfico 4.1).

GRÁFICO 4.1 IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO CASAMENTO/UNIÃO, POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

5. AGREGADOS FAMILIARES

O agregado familiar é reconhecido como a unidade de análise para temas tais como acesso à habitação, densidade habitacional, situações de pobreza extrema, grupos vulneráveis, etc. O agregado familiar é, também, uma unidade de consumo e, em muitos casos, uma unidade de produção. No Censo de 2017 foi considerado como agregado familiar todo o grupo de pessoas ligadas ou não por laços de parentesco, que vivem na mesma casa e compartilham as mesmas refeições (comida da mesma panela) e a maior parte das despesas da casa.

Em Moçambique, foram enumerados 6 145 864 agregados familiares, dos quais 1 946 053, ou seja 31,7%, correspondem à área urbana e 4 199 631 ou 68,3%, à rural. Esse número revelou um grande aumento de agregados familiares, tendo em conta que em 2007 existiam 4 634 887 agregados familiares.

O número médio de pessoas por agregado familiar foi 4,4. Para a área urbana foi 4,5 e, para a rural, 4,3. Esta medida foi dividida em duas partes: o número médio de crianças, por agregado familiar (menores de 15 anos) e, o número médio de adultos, por agregado familiar (15 anos e mais). O primeiro valor é um indicador aproximado da fecundidade do agregado familiar; o segundo, entretanto, é mais um indicador da complexidade da composição dos agregados familiares, isto é, da tendência dos adultos para alargar os agregados familiares nucleares, no lugar de constituir os seus próprios (Quadro 5.1).

O número médio de menores de 15 anos de idade, por agregado familiar, foi 2,1 e de adultos 2,0. Na área urbana, o número médio de menores de 15 anos foi 2,0 e de adultos foi 1,9, por agregado familiar. Na área rural, os valores respectivos foram 2,2 e 2,1 pessoas por agregado familiar (Quadro 5.1).

**QUADRO 5.1 NÚMERO MÉDIO DE MEMBROS NOS AGREGADOS FAMILIARES
SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E GRANDES GRUPOS DE IDADE.
MOÇAMBIQUE 2007 E 2017**

Área de Residência e Grupos de Idade	Número Médio de Membros	
	2007	2017
Total	4,4	4,4
Menos de 15 anos	2,0	2,1
15 anos e mais	2,4	2,0
Urbana	4,6	4,5
Menos de 15 anos	2,0	2,0
15 anos e mais	2,6	1,9
Rural	4,3	4,3
Menos de 15 anos	2,2	2,2
15 anos e mais	2,2	2,1

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em Moçambique, constatou-se que, tanto em 2017 como em 2007, o número médio de membros nos agregados familiares foi 4,4. Houve ligeira variação no número de menores, passando de 2,0, em 2007, para 2,1, em 2017. O número médio de adultos nos agregados familiares reduziu de 2,4 para 2,0, sendo que a maior redução registou-se na área urbana onde baixou de 2,6 para 1,9 (Quadro 5.1).

No País, o tipo de agregado familiar mais usual é o nuclear (42,1%), seguido do tipo alargado, com 29,9%. Na área urbana, o agregado familiar alargado é o tipo predominante, com 38,9%. Na área rural, predomina o tipo nuclear (44,8%).

QUADRO 5.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES (1) POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE AGREGADO. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipo de Agregado Familiar(1)	Total	Urbana	Rural
N	6 145 684	1 946 053	4 199 631
Total	100,0	100,0	100,0
Unipessoal	9,5	9,4	9,6
Monoparental (2)	13,0	10,6	14,1
Masculino	1,2	1,5	1,0
Feminino	11,8	9,1	13,1
Nuclear	42,1	36,1	44,8
Com filhos	35,2	30,6	37,3
Sem filhos	6,9	5,5	7,6
Alargado (3)	29,9	38,9	25,7
Outro	5,5	4,9	5,8

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

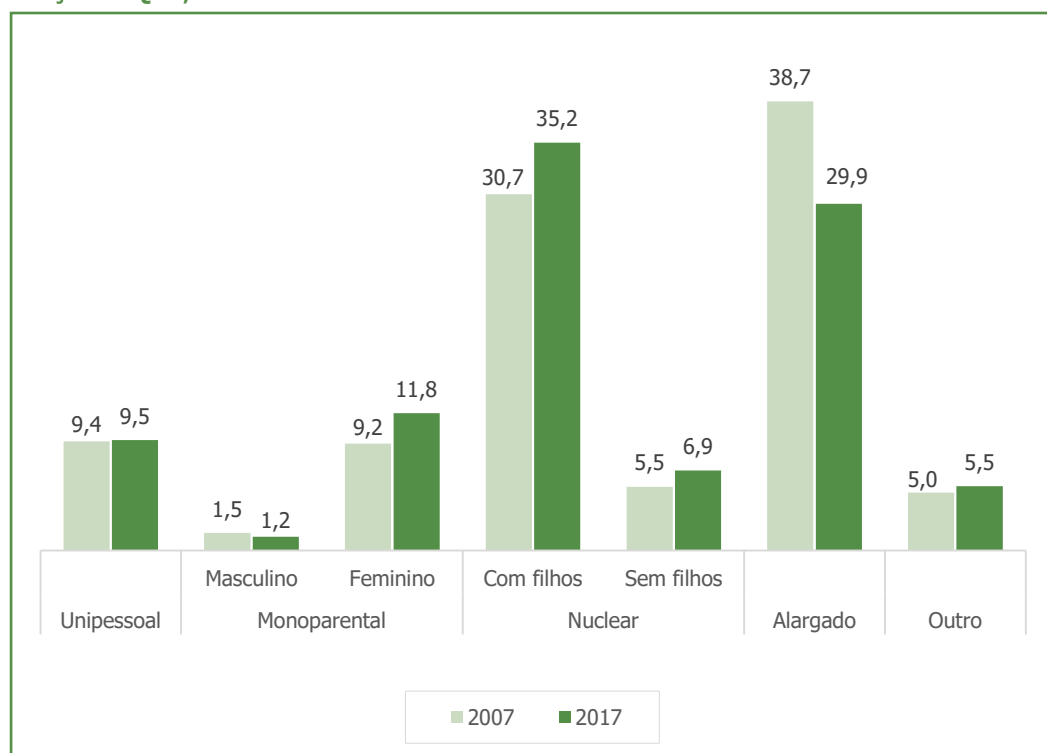
Notas:

- 1) Incluem-se os agregados familiares que vivem em habitações particulares e colectivas (só hotéis e pensões).
- 2) Agregado familiar monoparental: família com um dos pais
- 3) Agregado familiar alargado: família nuclear com ou sem filhos e um ou mais parentes

Retratando o tipo nuclear, tanto em 2007, como em 2017, predominam agregados familiares do tipo nuclear com filhos, sendo 30,7% em 2007 e, 35,2% em 2017.

Entre os agregados familiares do tipo monoparental, o monoparental feminino, constitui a maioria (Gráfico 5.1)

GRÁFICO 5.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS AGREGADOS FAMILIARES, POR TIPO. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

6. FORÇA DE TRABALHO

A População Economicamente Activa (PEA) é o conjunto de pessoas, em idade de trabalhar, que constituem a mão de obra ou força de trabalho disponível para a produção de bens e serviços destinados ao mercado ou para o auto consumo dos agregados familiares. Por outras palavras, PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e desocupadas que procuram, activamente, um trabalho, incluindo aquelas que estão disponíveis para trabalhar, mas não procuram activamente emprego.

Segundo as recomendações da Organização Internacional de Trabalho (OIT), PEA é a população que realiza ou está disponível para realizar alguma actividade económica e que tenha 15 anos de idade ou mais. Assim, em seguimento a essa recomendação, a análise da PEA, que é realizada neste capítulo, tem como universo, a população de 15 anos ou mais.

População Não Economicamente Activa (PNEA), compreende pessoas de 15 anos ou mais que na semana de referência não tinham emprego ou ocupação e não estavam disponíveis para trabalhar.

Do universo de 14 360 692 da população com 15 anos ou mais, 56,9% desta é economicamente activa, ou seja, está ocupada e, a outra, é desocupada, mas disponível para trabalhar caso tenha a oportunidade de emprego.

Em relação à área de residência, nota-se que um pouco menos da metade da população, com 15 anos ou mais, residente na área urbana, é economicamente activa (44,8%), enquanto que na área rural regista-se 63,5%.

As províncias de Manica, Sofala, Maputo Província e Maputo Cidade apresentam taxas de participação económica inferiores aos 50% (apresentando, deste modo, maiores taxas de PNEA), e as restantes províncias tem taxas que situam-se entre 55,0% à 64,3% da população de 15 anos ou mais, classificada como PEA (Ver Quadro 6.1).

QUADRO 6.1 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ACTIVA E NÃO ACTIVA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

PROVÍNCIA	TOTAL				URBANA				RURAL			
	PEA	PNEA	Total	N	PEA	PNEA	Total	N	PEA	PNEA	Total	N
Total	56,9	43,1	100,0	14 360 692	44,8	55,2	100,0	5 119 077	63,5	36,5	100,0	9 241 615
Niassa	55,7	44,3	100,0	843 662	40,2	59,8	100,0	230 082	61,5	38,5	100,0	613 580
Cabo Delgado	64,3	35,7	100,0	1 207 493	42,0	58,0	100,0	294 172	71,5	28,5	100,0	913 321
Nampula	59,8	40,2	100,0	2 790 747	44,5	55,5	100,0	930 988	67,4	32,6	100,0	1 859 759
Zambézia	59,8	40,2	100,0	2 508 459	45,0	55,0	100,0	488 594	63,4	36,6	100,0	2 019 865
Tete	57,9	42,1	100,0	1 332 291	37,2	62,8	100,0	273 967	63,2	36,8	100,0	1 058 324
Manica	49,2	50,8	100,0	960 672	37,3	62,7	100,0	339 055	55,6	44,4	100,0	621 617
Sofala	49,9	50,1	100,0	1 187 456	42,8	57,2	100,0	534 862	55,8	44,2	100,0	652 594
Inhambane	61,2	38,8	100,0	829 634	49,9	50,1	100,0	243 022	65,8	34,2	100,0	586 612
Gaza	57,0	43,0	100,0	775 603	45,8	54,2	100,0	245 978	62,1	37,9	100,0	529 625
Maputo Província	50,6	49,4	100,0	1 185 594	48,6	51,4	100,0	799 276	54,8	45,2	100,0	386 318
Maputo Cidade	49,5	50,5	100,0	739 081	49,5	50,5	100,0	739 081	-	-	-	-

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação

As taxas específicas de participação na actividade económica, são a razão entre a população economicamente activa, dum determinado grupo etário, sobre a população total desse mesmo grupo etário, multiplicado por 100. Elas reflectem a entrada e saída das pessoas na força de trabalho, ao longo das faixas etária. No caso de Moçambique, nas áreas urbanas, a participação masculina é superior à feminina em todos os grupos etários, excepto no grupo etário de 15 – 19 anos. No sector rural, a participação masculina global é, também, superior à das mulheres. A diferença entre as taxas de participação económica masculina e feminina, é inferior no sector rural que no urbano, evidenciando, deste modo, a existência de mais mulheres que trabalham na área rural que na urbana (ver Quadro 6.2).

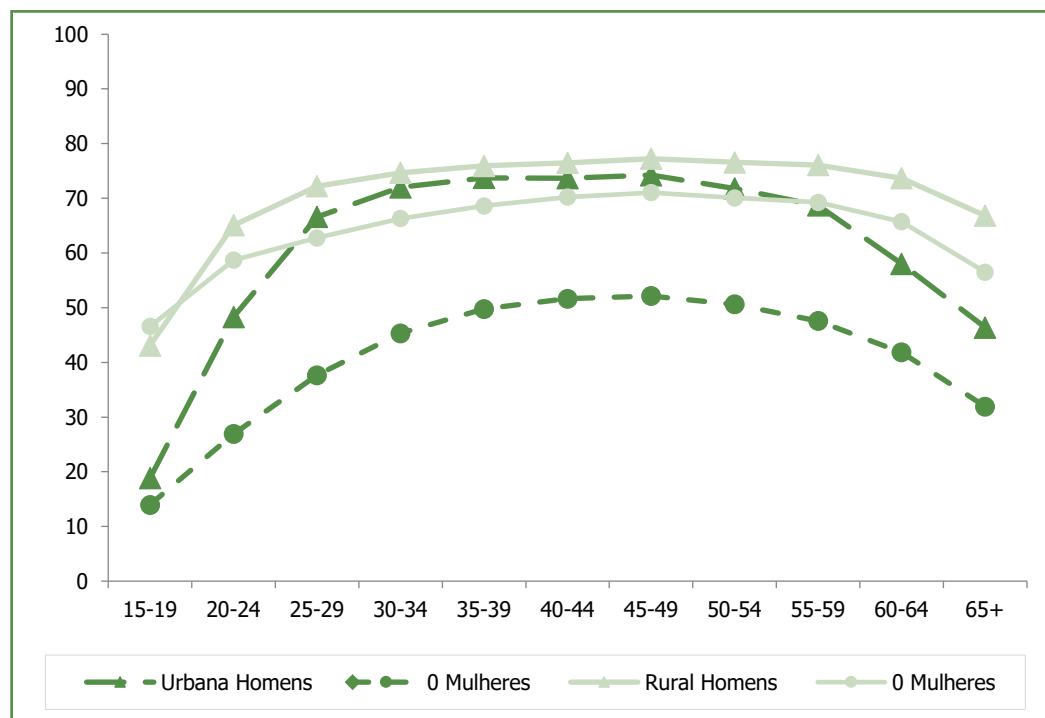
QUADRO 6.2: TAXAS ESPECÍFICAS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE. MOÇAMBIQUE, 2017

Grupos de idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	56,9	62,3	52,1	44,8	55,3	35,3	63,5	66,4	61,1
15 - 19	34,8	34,3	35,2	16,3	18,8	13,9	45,0	43,1	46,6
20 - 24	52,0	58,5	46,8	36,7	48,3	26,9	61,5	65,1	58,7
25 - 29	60,9	69,9	53,0	51,5	66,6	37,6	67,1	72,2	62,8
30 - 34	65,6	73,6	58,5	58,5	72,0	45,3	70,1	74,7	66,3
35 - 39	68,2	75,1	62,3	61,5	73,7	49,8	71,9	75,9	68,6
40 - 44	69,6	75,5	64,2	62,4	73,7	51,7	73,2	76,5	70,2
45 - 49	70,4	76,3	65,2	62,7	74,2	52,1	73,9	77,3	71,1
50 - 54	68,9	74,9	63,6	60,9	71,8	50,6	73,1	76,6	70,1
55 - 59	67,8	73,5	62,5	58,2	68,7	47,6	72,4	76,1	69,3
60 - 64	63,1	68,5	58,4	49,8	58,0	41,8	69,4	73,7	65,7
65+	55,0	61,4	49,8	38,3	46,4	31,9	61,2	66,8	56,5

Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação

As mulheres da área urbana, entram, tardiamente, na força de trabalho, em relação às mulheres da área rural; o mesmo fenómeno verifica-se entre os homens das ambas áreas de residência, mas com ligeiras diferenças. As quatro curvas das taxas específicas de participação económica, mostram que as taxas começam a ter uma queda acentuada na população com 60 anos de idade. Entretanto, na área rural, esta queda é mais lenta que na urbana, indicando que uma maior parte das pessoas com 60 anos ou mais continua a trabalhar, geralmente, em actividades ligadas à produção, com especial enfoque na produção alimentar para o consumo familiar (trabalho na machamba e criação de animais). ver Gráfico 6.1.

GRÁFICO 6.1: TAXAS ESPECÍFICAS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação, 2017

A população empregada ou ocupada é distribuída em nove ramos de actividade, conforme ilustra o Quadro 6.3. O ramo da agricultura, silvicultura e pesca, absorve a maior parte da população empregada a nível de todas as províncias, com excepção de Maputo Província e Maputo Cidade, onde o grosso da população empregada exerce as suas actividades económicas, no ramo de comércio e finanças, com 29,5% e 34,8%, respectivamente.

Quase um terço da população urbana (31,2%) trabalha no ramo de comércio e finanças, e 28,1% na agricultura, silvicultura e pesca, enquanto que, na área rural, grande parte da população ocupada está no ramo de agricultura, silvicultura e pesca (83,9%) e, 9,5% está no comércio e finanças (Ver Quadro 6.3).

QUADRO 6.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, EMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E PROVÍNCIAS. MOÇAMBIQUE, 2017

"Província e Área de residência"	Agricultura, Silvicultura e Pesca	Extração de minas	Indústria manufactureira	Energia	Construção	Transporte e comunicação	Comércio e finanças	Serviços Administrativos	Outros serviços	Total
Total	68,7	0,8	3,0	0,1	2,4	1,4	15,4	2,7	5,5	100,0
Niassa	80,9	0,4	1,5	0,0	1,0	0,4	11,8	2,2	1,8	100,0
Cabo Delgado	81,8	0,6	1,8	0,0	0,8	0,8	10,8	1,5	1,8	100,0
Nampula	77,1	0,8	2,7	0,0	1,1	0,7	13,9	1,4	2,4	100,0
Zambézia	83,4	0,5	1,9	0,0	0,6	0,5	10,4	1,2	1,5	100,0
Tete	80,2	0,6	1,7	0,1	1,1	0,7	12,1	1,4	2,1	100,0
Manica	62,2	1,9	3,7	0,1	2,5	1,7	19,8	3,2	5,0	100,0
Sofala	60,7	0,3	4,1	0,1	2,7	2,6	17,6	3,1	8,9	100,0
Inhambane	65,6	1,4	3,9	0,1	3,3	1,7	15,8	3,0	5,2	100,0
Gaza	65,4	1,3	3,0	0,1	5,4	1,8	14,1	3,1	5,8	100,0
Maputo Província	20,3	0,8	7,7	0,3	9,2	4,9	29,5	8,2	19,2	100,0
Maputo Cidade	4,3	0,5	6,1	0,4	8,4	5,1	34,8	9,6	30,8	100,0
URBANA	28,1	0,8	5,6	0,2	6,0	3,9	31,2	7,7	16,4	100,0
Niassa	49,8	0,4	2,9	0,1	3,2	1,6	26,4	8,8	6,8	100,0
Cabo Delgado	44,2	0,6	4,4	0,1	3,4	2,4	29,5	6,8	8,7	100,0
Nampula	44,6	0,6	5,2	0,1	2,7	2,4	31,7	4,5	8,2	100,0
Zambézia	53,7	0,2	3,2	0,0	1,9	1,9	26,2	6,3	6,5	100,0
Tete	24,3	2,0	4,5	0,4	5,5	3,9	38,8	8,3	12,4	100,0
Manica	21,0	2,0	5,7	0,3	6,5	4,5	38,2	8,5	13,3	100,0
Sofala	26,7	0,2	6,7	0,3	6,0	5,8	26,9	6,5	20,9	100,0
Inhambane	30,6	1,5	6,1	0,2	6,5	3,5	28,3	9,6	13,7	100,0
Gaza	36,4	1,5	4,1	0,3	7,9	3,4	25,3	7,9	13,2	100,0
Maputo Província	8,2	0,7	8,0	0,3	10,5	5,8	33,3	9,8	23,3	100,0
Maputo Cidade	4,3	0,5	6,1	0,4	8,4	5,1	34,8	9,6	30,8	100,0
RURAL	83,9	0,8	2,1	0,0	1,1	0,5	9,5	0,8	1,4	100,0
Niassa	88,3	0,4	1,1	0,0	0,5	0,1	8,3	0,6	0,6	100,0
Cabo Delgado	88,7	0,6	1,4	0,0	0,3	0,5	7,4	0,6	0,6	100,0
Nampula	87,3	0,8	1,9	0,0	0,6	0,2	8,3	0,4	0,6	100,0
Zambézia	88,3	0,5	1,7	0,0	0,4	0,3	7,8	0,4	0,6	100,0
Tete	88,0	0,4	1,3	0,0	0,4	0,2	8,4	0,5	0,7	100,0
Manica	76,7	1,8	2,9	0,0	1,1	0,7	13,3	1,3	2,0	100,0
Sofala	81,4	0,4	2,6	0,0	0,6	0,6	11,9	1,0	1,5	100,0
Inhambane	76,4	1,4	3,2	0,0	2,3	1,1	12,0	1,0	2,6	100,0
Gaza	75,1	1,3	2,6	0,0	4,5	1,2	10,4	1,6	3,3	100,0
Maputo Província	42,0	0,8	7,2	0,1	6,8	3,3	22,6	5,3	11,8	100,0
Maputo Cidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

7. EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental para todos os seres humanos. Ela constitui um instrumento chave para a melhoria das condições de vida e tem papel crucial na materialização dos direitos civis, políticos, económicos e sociais, bem como, na redução das desigualdades numa população.

Como característica das pessoas, a educação tem sido coberta, frequentemente, pelos censos populacionais e pelos inquéritos demográficos. Este facto deve-se à inter-relação que existe entre as características educacionais da população e a dinâmica demográfica. De salientar que, por um lado, o ritmo de crescimento da população e a sua composição etária determinam a potencial demanda no sistema educativo e, por outro, a educação desempenha um papel chave no processo de transição demográfica, pois é um importante determinante da fecundidade, dos padrões de nupcialidade, da mortalidade e das migrações.

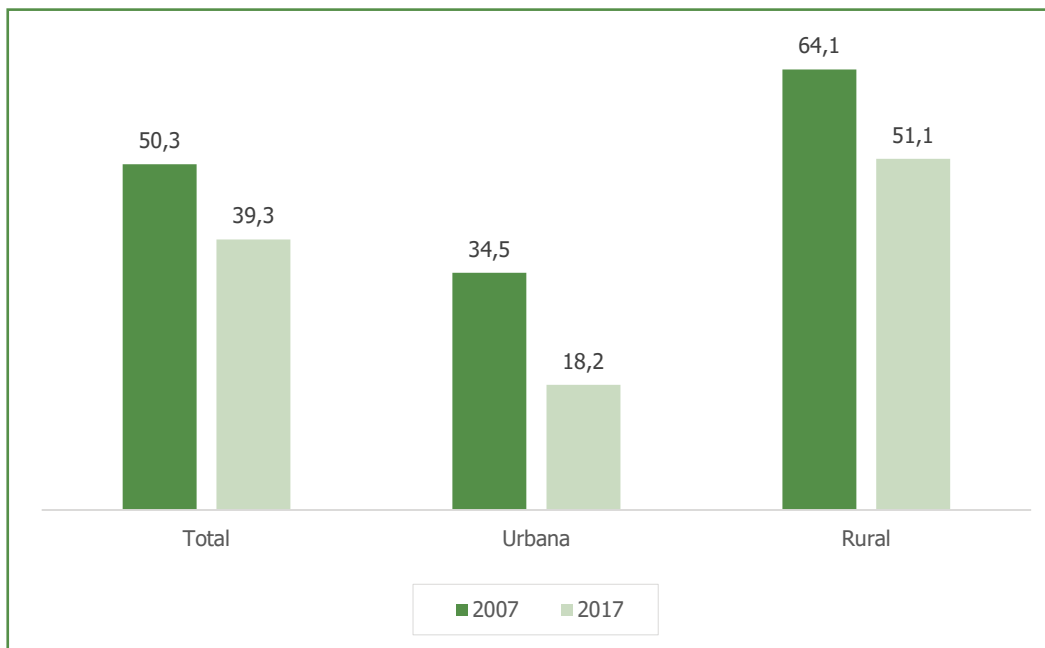
No presente capítulo, serão apresentados indicadores seleccionados de educação, nomeadamente, taxa de analfabetismo, nível de educação concluído e taxas de escolarização por nível de ensino.

A Taxa de Analfabetismo é a percentagem de pessoas de 15 anos ou mais de idade que não possuem habilidades de ler e escrever, não só em português, língua oficial, mas em qualquer língua.

A taxa de analfabetismo tem vindo a reduzir ao longo do tempo. De 50,3% em 2007 passou a 39,3% em 2017.

Analisando a taxa de analfabetismo por área de residência, nota-se um decréscimo menor na área rural (13,0 pontos percentuais) relativamente à urbana (16,3 pontos percentuais). Entretanto, é na área rural onde a taxa se revela mais alta.

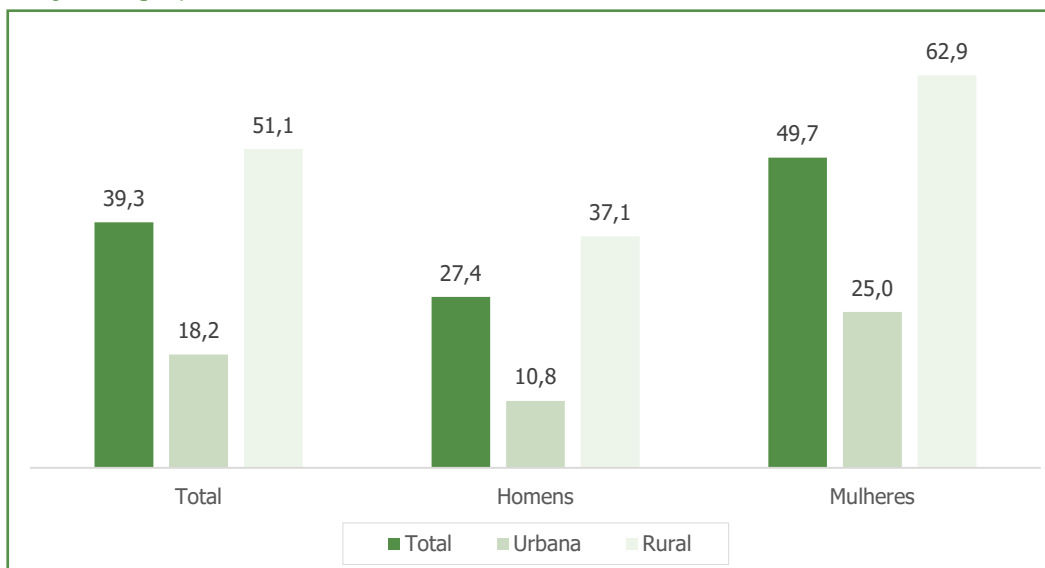
GRÁFICO 7.1 TAXA DE ANALFABETISMO, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007;
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

De um modo geral, a taxa de analfabetismo é mais elevada nas mulheres. Aliando sexo e área de residência, constata-se que a taxa de analfabetismo é mais elevada nas mulheres, residentes na área rural, do que nas que residem na urbana (Gráficos 7.2 e 7.3).

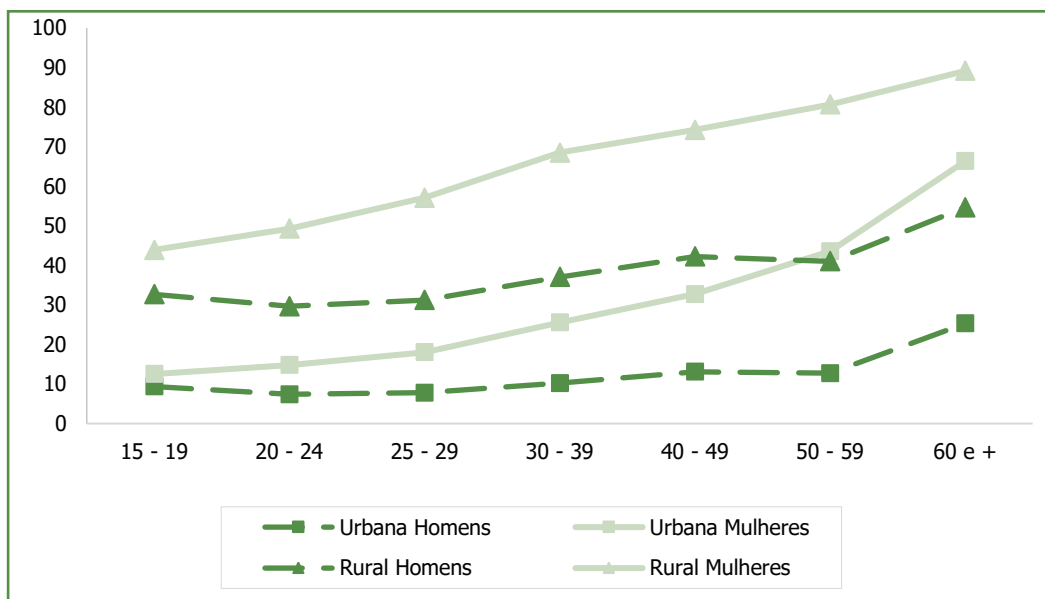
GRÁFICO 7.2 TAXA DE ANALFABETISMO, POR SEXO E ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Segundo grupos etários, os dados revelam que à medida que a idade aumenta, a taxa de analfabetismo vai-se tornando cada vez mais elevada, independentemente do sexo e da área de residência. Exceptua-se o caso de homens do grupo etário de 20 a 24 anos, cuja taxa é um pouco mais baixa, relativamente, à do grupo anterior (Ver Gráfico 7.3).

GRÁFICO 7.3 TAXAS ESPECÍFICAS DE ANALFABETISMO POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

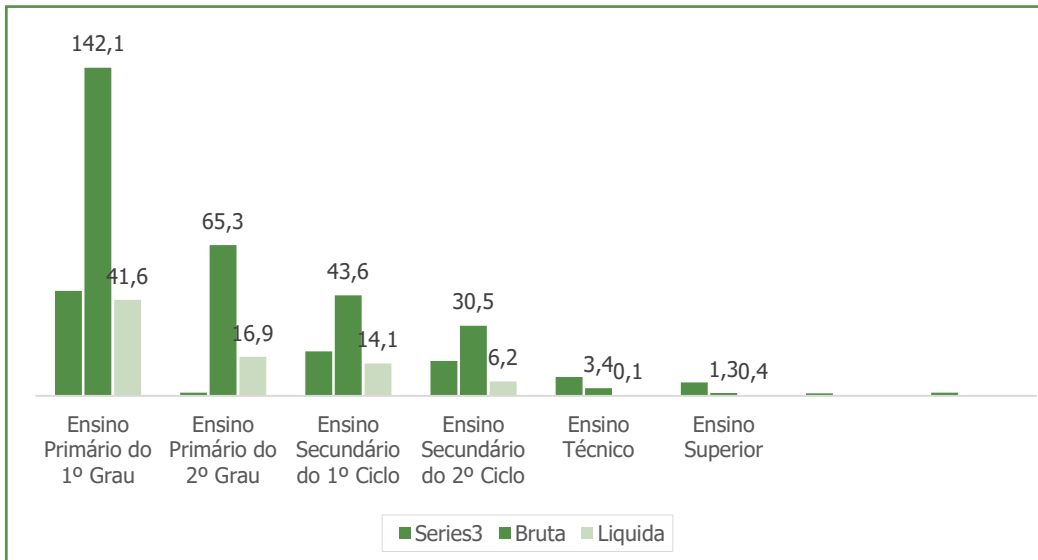


Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A distribuição percentual da população de 15 anos ou mais, por nível educacional concluído, revela que a maior parte não concluiu algum nível (45,4%), embora a proporção da população, nessa condição, tenha reduzido relativamente ao Censo 2007 (74,8%).

A percentagem mais elevada corresponde à dos que terminaram o Ensino Primário do Primeiro Grau (19,4%), seguido dos que fizeram o Ensino Primário do Segundo Grau (15,1%). Importa salientar que, à medida que se sobe de nível, vai reduzindo a proporção de pessoas que concluíram algum nível (Gráfico 7.4).

GRÁFICO 7.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS POR NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO. MOÇAMBIQUE, 2017



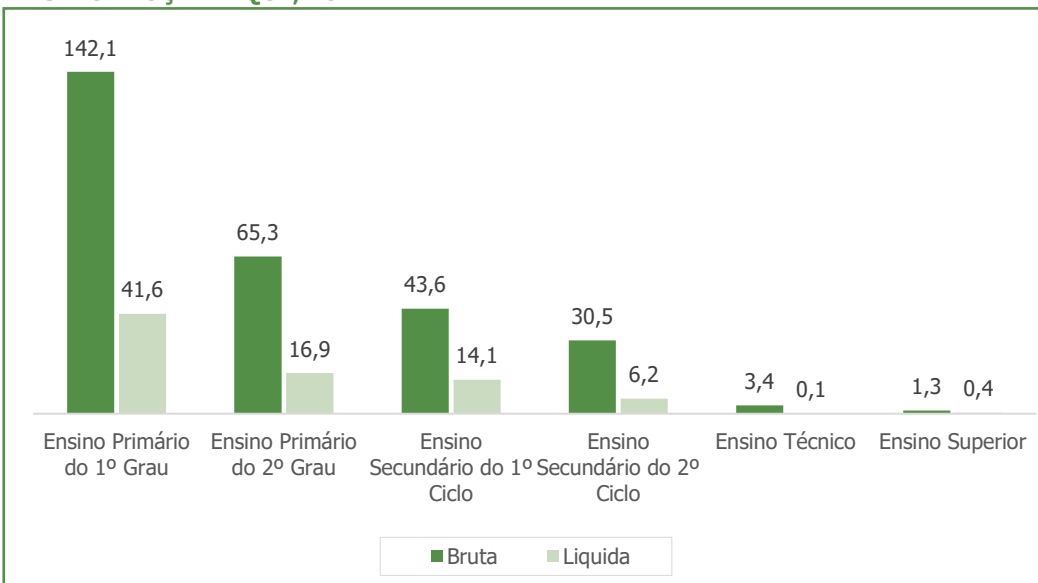
Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A taxa bruta de escolarização calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino (independentemente da idade), pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para o referido nível. Para calcular a taxa de escolarização líquida, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para o nível, pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Estas são as medidas mais comuns para estimar o desenvolvimento quantitativo do sistema educativo.

De acordo com os dados, a taxa bruta de escolarização do Ensino Primário do 1º Grau (EP1) é de 142,1% (Gráfico 7.5), o que significa que existe, no EP1, um elevado número de alunos com idade superior a 10 anos, que é a idade mínima para terminar este nível com sucesso, ou seja, sem nenhuma reprovação.

No que concerne à taxa líquida de escolarização, que indica a proporção de crianças a frequentarem o nível de ensino correspondente à sua idade, pode-se afirmar que apenas 41,6% de crianças que frequentam o EP1 tem idade correspondente a esse nível (6 a 10 anos).

GRÁFICO 7.5 TAXAS BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO NÍVEL DE ENSINO. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Para os níveis seguintes, as taxas, tanto bruta como líquida, vão reduzindo à medida que se sobe de nível.

Comparando os dados por área de residência, nota-se que, para o EP1, tanto na área urbana como na rural, a taxa bruta é superior a 100%, que revela a existência de alunos com mais de 10 anos de idade. Porém, para o EP2, apenas os alunos do sexo masculino na área urbana apresentam uma taxa bruta acima de 100%, revelando a existência de alunos do sexo masculino, com mais de 12 anos, frequentando aquele nível de ensino. Contudo, em geral, as taxas são mais elevadas na área urbana, comparativamente à rural, sendo, no ensino superior, onde a diferença denota ser maior (Quadro 7.1).

QUADRO 7.1 TAXAS BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E NÍVEL DE ENSINO. MOÇAMBIQUE, 2017

Área de residência e nível de ensino	Taxas de escolarização (por 100 pessoas)					
	Bruta			Líquida		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total						
Ensino Primário do 1º Grau	142,1	144,0	140,2	41,6	41,2	41,9
Ensino Primário do 2º Grau	65,3	68,3	62,2	16,9	15,6	18,2
Ensino Secundário do 1º Ciclo	43,6	44,6	42,6	14,1	12,7	15,5
Ensino Secundário do 2º Ciclo	30,5	32,2	28,8	6,2	5,8	6,7
Ensino Técnico	3,4	3,5	3,2	0,1	0,1	0,1
Ensino Superior	1,3	1,7	0,9	0,4	0,4	0,3
Urbana						
Ensino Primário do 1º Grau	138,9	139,2	138,7	52,4	52,2	52,6
Ensino Primário do 2º Grau	162,5	163,7	161,5	52,4	52,2	52,6
Ensino Secundário do 1º Ciclo	95,6	112,2	93,4	29,7	27,9	31,4
Ensino Secundário do 2º Ciclo	80,9	81,9	79,9	27,2	25,0	29,2
Ensino Técnico	61,2	61,2	61,2	12,9	11,5	14,2
Ensino Superior	8,5	9,0	8,1	0,3	0,3	0,3
Rural						
Ensino Primário do 1º Grau	133,4	135,8	130,9	37,0	36,6	37,3
Ensino Primário do 2º Grau	50,3	54,4	45,9	10,6	9,8	11,3
Ensino Secundário do 1º Ciclo	23,6	25,5	21,5	7,1	6,5	7,8
Ensino Secundário do 2º Ciclo	12,6	15,0	10,3	2,4	2,4	2,4
Ensino Técnico	0,6	0,7	0,5	0,0	0,0	0,0
Ensino Superior	0,3	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

8. LÍNGUAS

A diversidade linguística de Moçambique é uma das principais características culturais. Ainda que a língua portuguesa seja a língua oficial no País, existe uma enorme diversidade de idiomas. Para a maioria da população, estes idiomas nacionais constituem a sua língua materna e a mais utilizada na comunicação diária.

Em Moçambique, 26,4% da população tem, como língua materna, Emakhuwa, seguida da língua Portuguesa (16,7%). Embora a língua Portuguesa seja a oficial, é a segunda mais falada (16,9%), depois da língua Emakhuwa (26,6%). Ver Quadro 8.1.

QUADRO 8.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS MAIS, SEGUNDO A LÍNGUA MATERNA E LÍNGUA MAIS FALADA EM CASA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Línguas	Lingua Materna			Lingua falada com mais frequência em casa		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
N	22 243 373	7 502 906	14 740 467	22 243 373	7 502 906	14 740 467
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Português	16,7	39,2	5,2	16,9	42,8	3,7
Emakhuwa	26,4	19,6	29,8	26,6	19,5	30,2
Xichangana	8,7	11,3	7,3	9,0	11,9	7,5
Elomwue	7,2	2,7	9,5	7,3	2,5	9,7
Cinyanja	6,9	1,3	9,7	7,1	1,2	10,0
Cisena	7,1	5,2	8,1	7,0	4,7	8,1
Echuwabo	4,8	3,3	5,5	4,5	2,3	5,6
Cindau	3,8	1,7	4,8	3,7	1,3	4,9
Xitswa	3,8	3,0	4,2	3,5	2,2	4,2
Mudo1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Otras línguas moçambicanas	13,2	11,0	14,4	13,3	10,1	14,9
Línguas estrangeiras	0,5	0,7	0,4	0,4	0,4	0,4
Desconhecida	0,9	1,0	0,9	0,9	1,0	0,9

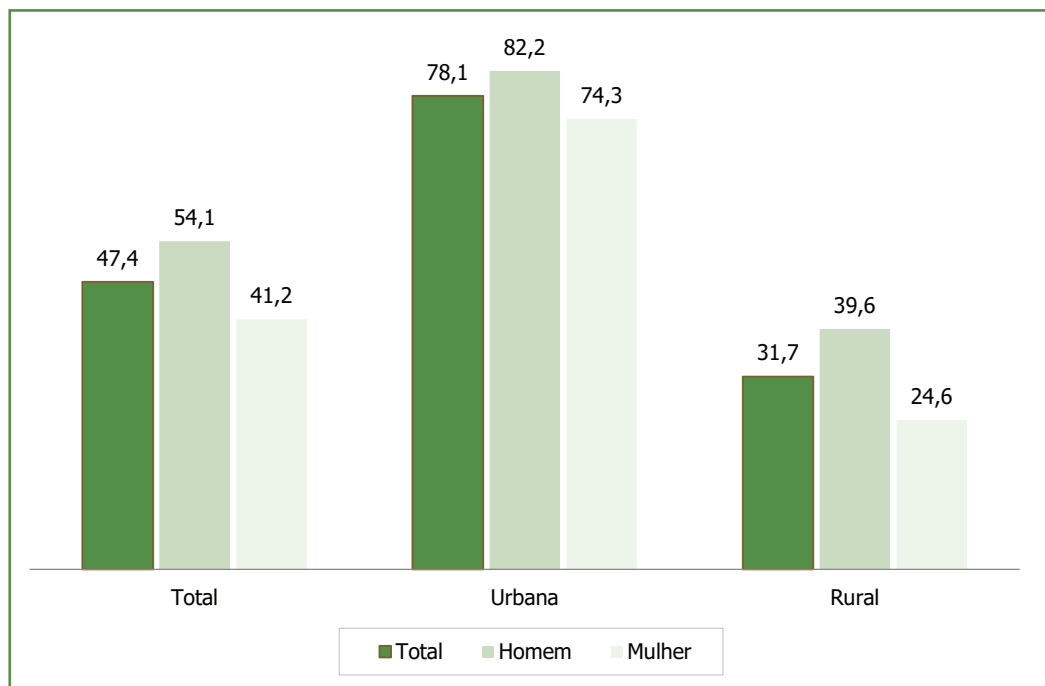
Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Nota: 1) As pessoas que usam a língua de sinais (Mudo) correspondem a 4 173 a nível nacional.

Na área urbana, a língua materna com maior percentagem é Português (39,2%) e é falada com maior frequência em casa (42,8%). Apenas 5,2% da população residente na área rural tem, como língua materna, a língua Portuguesa (Quadro 8.1).

Os dados mostram que, no geral, quase metade (47,4%) da população de 5 anos e mais, sabe falar a língua Portuguesa, destacando-se a área urbana (78,1%), em comparação com área rural (31,7%). Ver Gráfico 8.1.

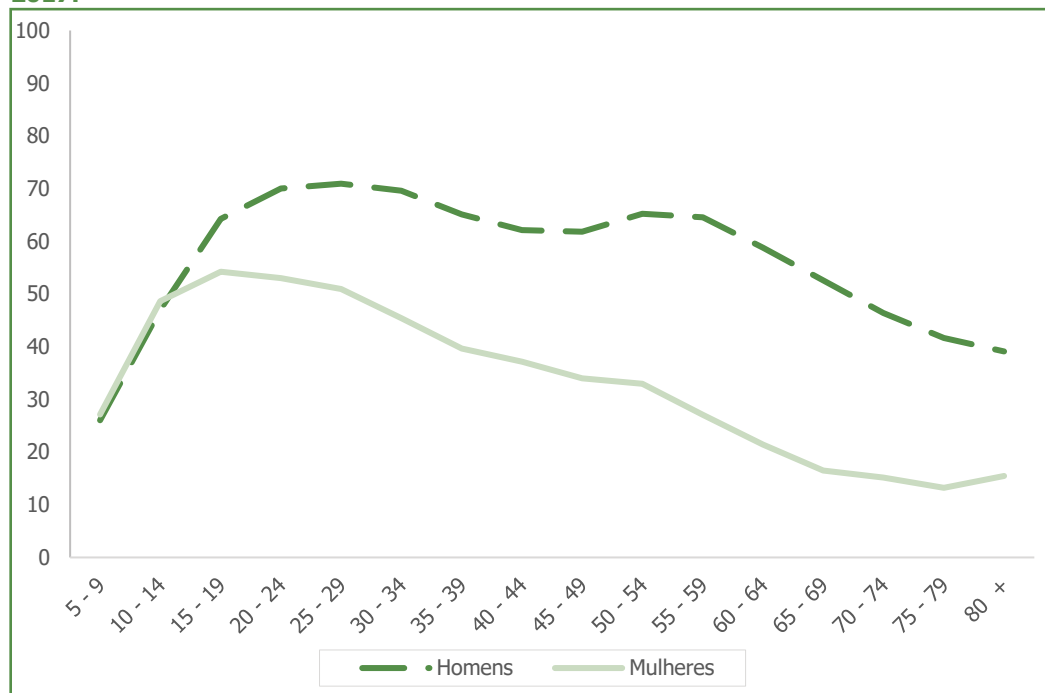
GRÁFICO 8.1 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS QUE SABE FALAR A LÍNGUA PORTUGUESA, POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017.



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

As taxas específicas da população, de 5 anos e mais, que sabe falar a língua portuguesa, embora tenha um comportamento crescente, nas primeiras idades, para ambos os sexos, são mais acentuadas nos homens do que nas mulheres, atingindo o ponto máximo no intervalo de idade entre 25-29 anos, para os homens e, entre 15-19 anos, para as mulheres. As taxas começam a decrescer a partir de 55 anos, para os homens e, 30 anos para as mulheres (Gráfico 8.2).

GRÁFICO 8.2 TAXAS ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS, QUE SABE FALAR A LÍNGUA PORTUGUESA, POR SEXO (PERCENTAGEM). MOÇAMBIQUE, 2017.



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

De acordo com o Censo de 2017, as taxas específicas da população de 5 anos e mais, que sabe falar Português, é maior na área urbana, comparando com a área rural. As mulheres na área rural apresentam menores taxas.

QUADRO 8.4 TAXAS ESPECÍFICAS DA POPULAÇÃO DE 5 ANOS E MAIS QUE SABE FALAR A LÍNGUA PORTUGUESA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017

Idade	Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 - 9	60,2	61,2	12,6	13,3
10 - 14	78,5	79,5	32,7	33,1
15 - 19	87,9	84,2	50,8	38,2
20 - 24	91,0	83,3	56,6	34,8
25 - 29	91,3	82,4	57,0	31,1
30 - 34	90,6	79,2	55,0	25,5
35 - 39	88,9	76,0	51,0	21,3
40 - 44	87,4	72,9	49,1	19,9
45 - 49	87,4	70,0	49,8	18,0
50 - 54	88,2	66,3	52,6	16,4
55 - 59	87,8	59,3	52,4	12,4
60 - 64	83,1	48,7	46,6	9,4
65 - 69	79,0	40,9	42,4	7,4
70 - 74	73,6	36,6	36,3	6,9
75 - 79	69,9	33,4	32,7	6,4
80 e +	68,1	36,2	29,3	7,3

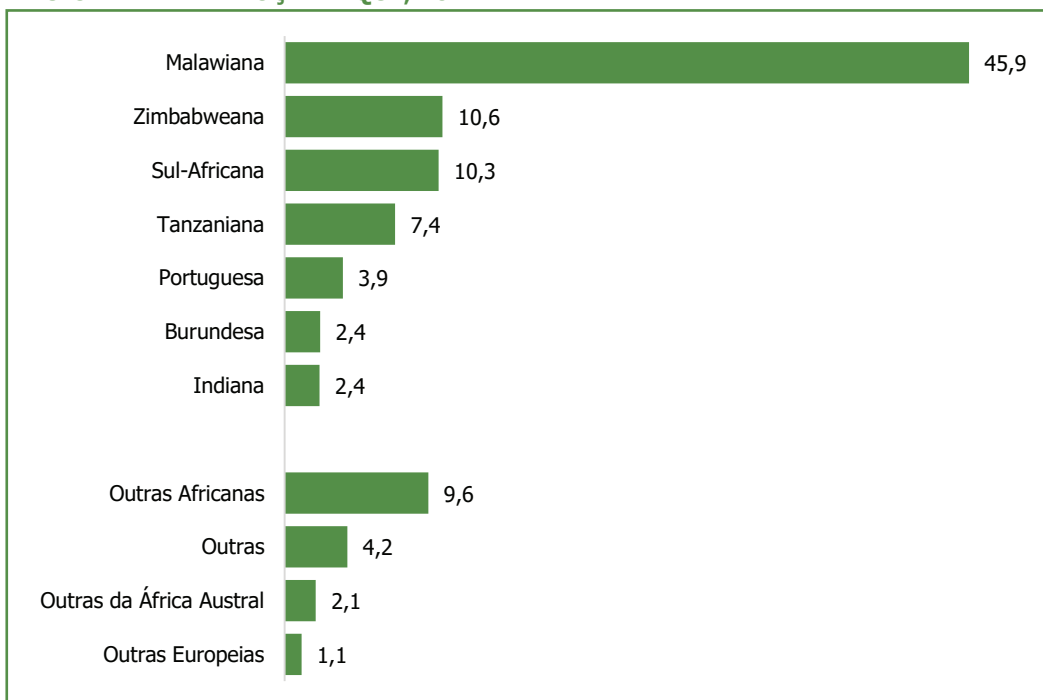
Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

9. NACIONALIDADE E TIPO SOMÁTICO/ORIGEM

A nacionalidade pressupõe que a pessoa tenha determinados direitos perante o Estado de que é nacional como, por exemplo, o direito de residir e trabalhar no País, o direito de votar e de ser votado, etc. A análise da nacionalidade de uma pessoa é importante, pois permite distinguir entre nacionais e estrangeiros, uma vez que, em princípio, estes têm direitos diferentes.

Dos 26 899 105 residentes em Moçambique, apenas 142 282 são de nacionalidade estrangeira, o que representa 0,5%. A maioria dos estrangeiros é de nacionalidades dos países da África Austral, designadamente: Malawiana (45,9%), Zimbabweana (10,6%), Sul-africana (10,3%) e Tanzaniana (7,4%). Ver o Gráfico 9.1.

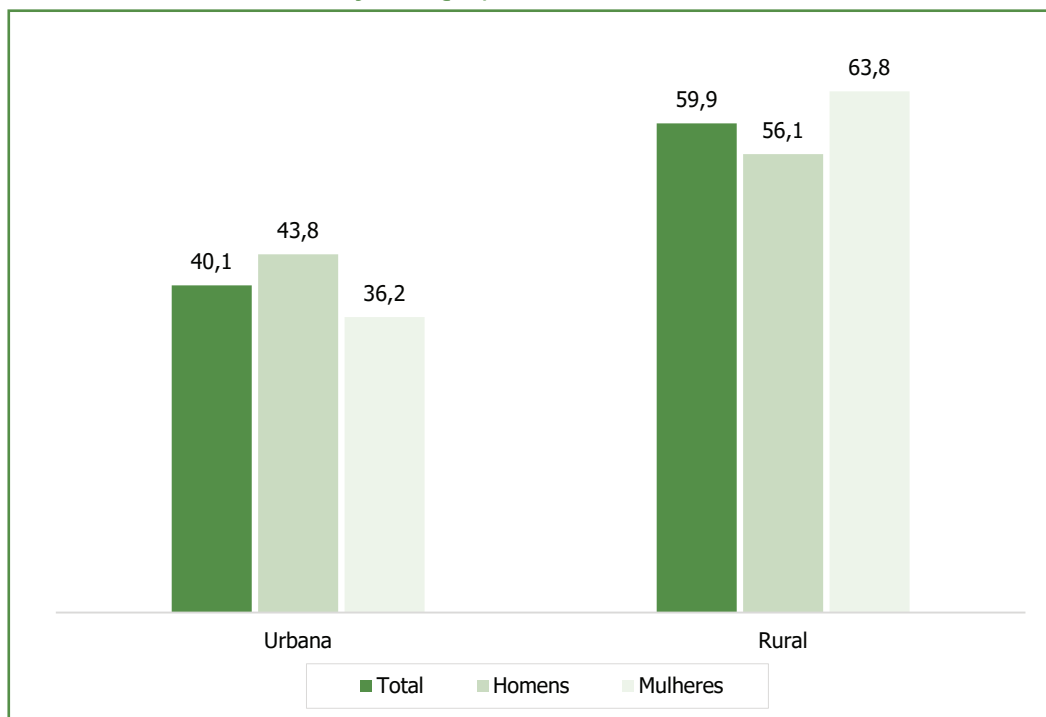
GRÁFICO 9.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NACIONALIDADE. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

No geral, mais da metade (59,9%) de cidadãos estrangeiros, em Moçambique, residem na área rural. Este fenómeno verifica-se tanto para os homens (56,1%), como para as mulheres (63,8%). Ver Gráfico 9.2.

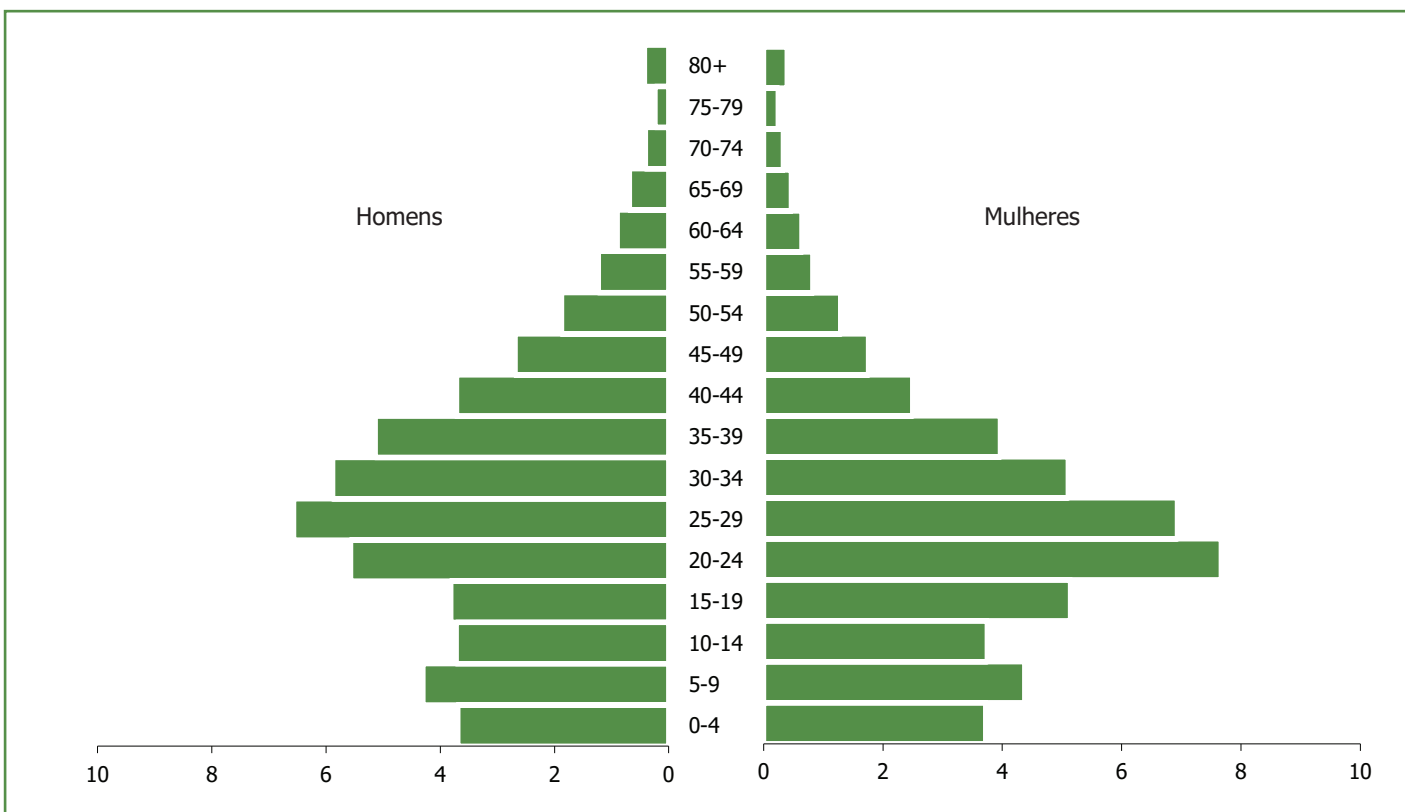
GRÁFICO 9.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A estrutura etária da população estrangeira mostra que as idades compreendidas entre 15 a 34 anos apresentam valores mais altos de população, principalmente, entre as mulheres. Contudo, à medida que a idade avança, a percentagem da população estrangeira vai diminuindo, chegando a atingir valores inferiores a 1% a partir dos 70 anos (Gráfico 9.3).

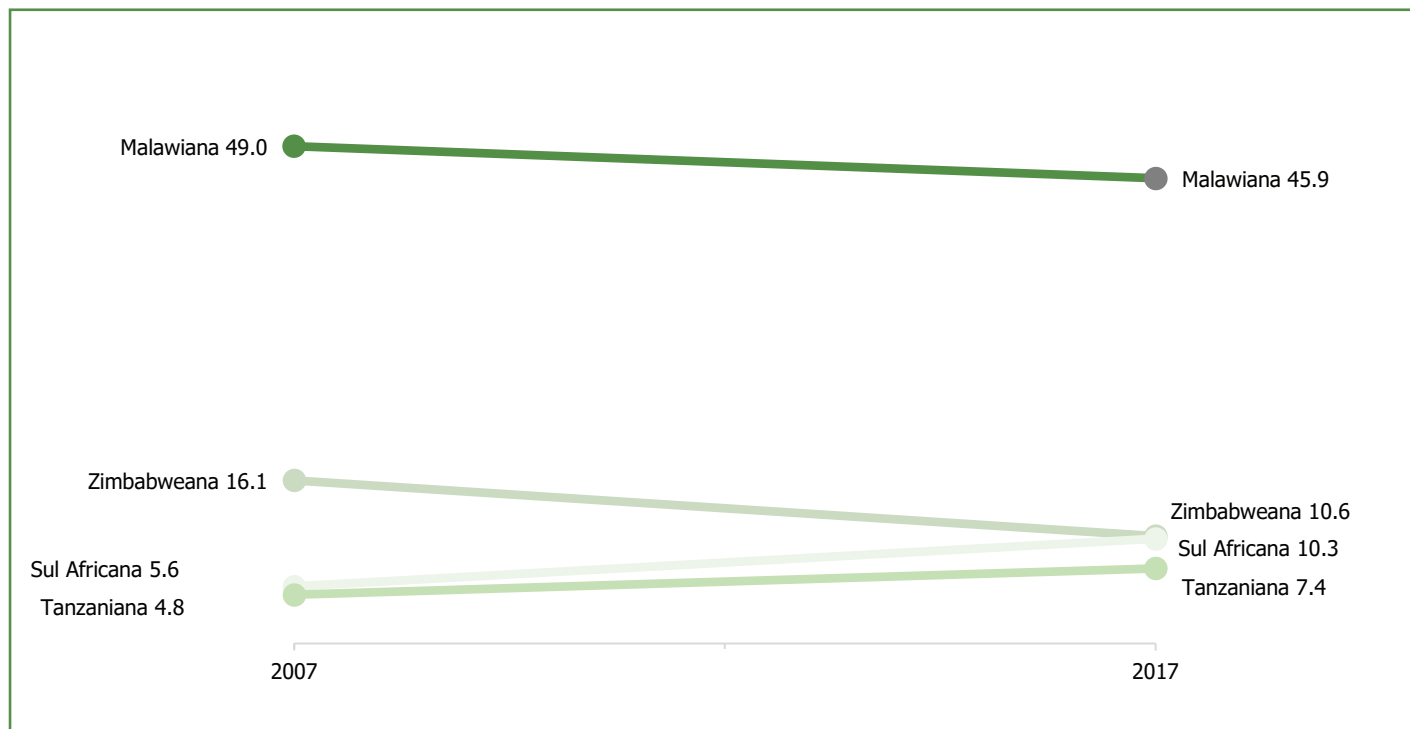
GRÁFICO 9.3 ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR SEXO E IDADE. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Tanto em 2007 quanto em 2017, as nacionalidades Malawiana, Zimbabweana, Sul-africana e Tanzaniana são as predominantes. Porém, a percentagem da população de nacionalidade Malawiana e Zimbabweana tende a reduzir, ao passar de 49,0%, em 2007, para 45,9%, em 2017, e de 16,1%, para 10,6%, respectivamente (Gráfico 9.4).

GRÁFICO 9.4 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA POR NACIONALIDADE. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em relação ao tipo somático/origem, o IV Censo Geral da População e Habitação apurou que 99,0% da população é negra e, 1% distribui-se entre mista (0,8%), branca (0,1%) e indiana (0,1%).

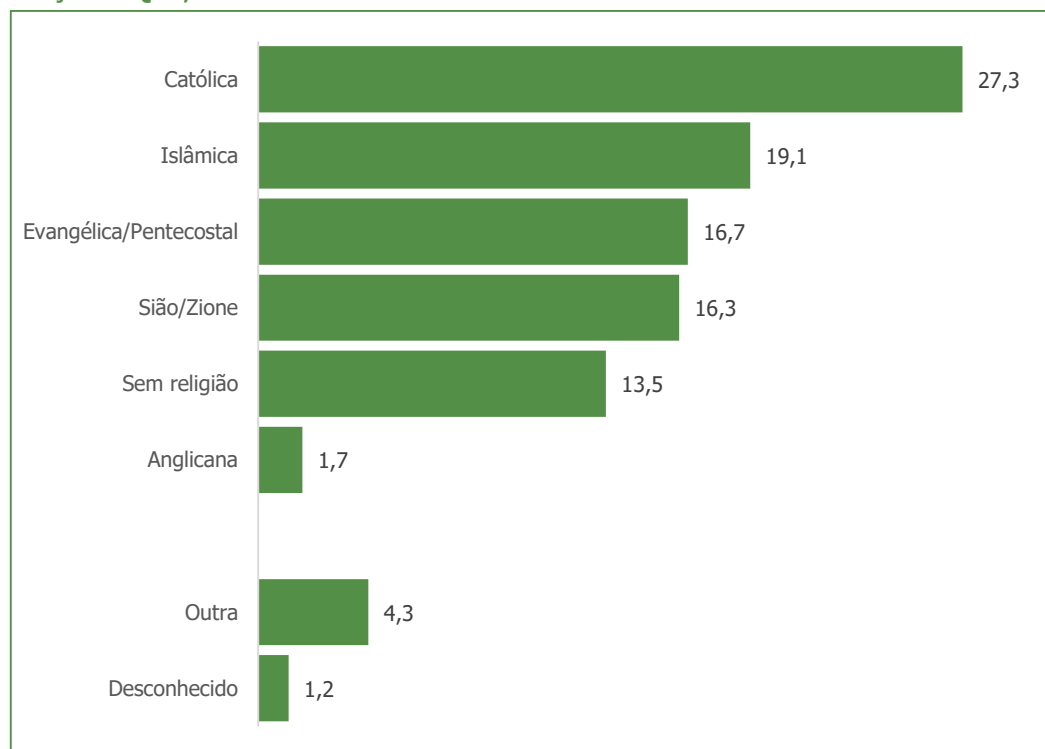
10. RELIGIÃO

Para fins do IV Censo da População e Habitação, consideraram-se todas as religiões ou crenças, independentemente de estarem ou não registadas legalmente.

As religiões foram agrupadas da seguinte forma: Católica, Anglicana, Islâmica, Sião/Zione, Evangélica/Pentecostal, Outras e Sem Religião.

A maioria da população moçambicana professa a religião católica (27,3%), seguida da religião islâmica (19,1%). No entanto, é notória a percentagem de pessoas sem religião (13,5%). Ver Gráfico 10.1.

GRÁFICO 10.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR RELIGIÃO OU CRENÇA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em Moçambique, independentemente da área de residência, a religião predominante é a cristã, seguida da islâmica. Em relação a população sem religião, observa-se maior percentagem na área rural (15,2%), em comparação com área urbana (9,8%). Ver Gráfico 10.2.

GRÁFICO 10.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR RELIGIÃO OU CRENÇA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Nota: Religião Cristã - foram consideradas as seguintes categorias: Católica, Sião/Zione, Anglicana e Evangélica/Pentecostal

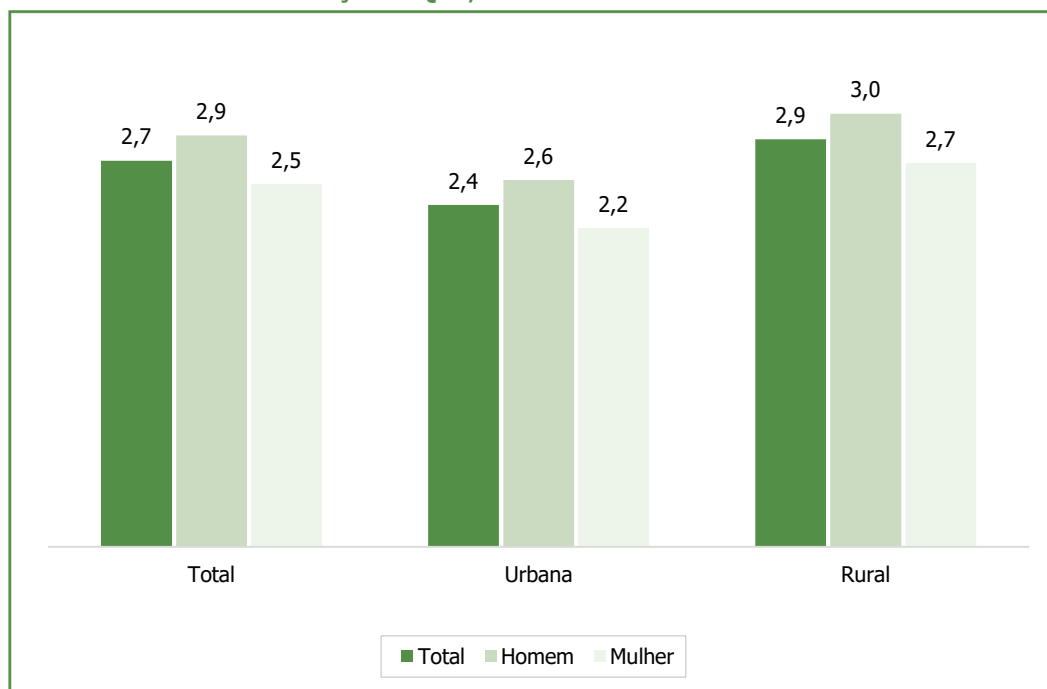
11. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Segundo a convenção das Nações Unidas, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interacção com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efectiva na sociedade, como as demais pessoas.

O Censo de 2017 permitiu identificar pessoas sem deficiência, pessoas com deficiência simples e múltipla. Segundo o Censo de 2017, dos 26 899 105 habitantes, 2,7% são pessoas com deficiência.

Em Moçambique, a percentagem de pessoas com deficiência passou de 2,3%, em 2007, para 2,7%, em 2017. Por sexo, é maior nos homens (2,9%), em comparação com as mulheres (2,5%). Vide Gráfico 11.1.

GRÁFICO 11.1 PERCENTAGEM DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR SEXO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em relação a área de residência, a rural possui maior percentagem de pessoas com deficiência (2,9%) do que a urbana (2,4%). Nota-se que os homens têm maior percentagem de pessoas com deficiência, tanto na área urbana (2,6% para homens e, 2,2% para mulheres) como na rural (3,0% e 2,7%), respectivamente. Vide Gráfico 11.1.

Quanto ao tipo de deficiência, verifica-se maior percentagem de pessoas com perna(s) amputada(s)/atrofiada(s) (16,9%), tanto na área urbana (18,1%), como na rural (16,4%), seguida das que têm dificuldades de locomoção (16,4%), sendo 17,3% para área urbana e 16,0% para rural (Quadro 11.1).

QUADRO 11.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipos de deficiência	TOTAL	URBANA	RURAL
N	727 620	209 999	517 621
Total	100,0	100,0	100,0
Cego	7,9	6,9	8,3
Surdo/mudo	9,5	7,9	10,2
Braço(s)/amputado(s)/atrofiado(s)	7,8	6,8	8,1
Perna(s)/amputada(s)/atrofiada(s)	16,9	18,1	16,4
Paralisia	6,5	7,0	6,3
Mental	7,3	7,3	7,2
Dificuldade para ver mesmo usando óculos	11,5	13,7	10,7
Dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo	5,6	4,9	5,8
Dificuldade de memória ou de concentração	4,8	4,3	5,0
Dificuldade de locomoção (andar)	16,4	17,3	16,0
Outra	13,1	12,7	13,2

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A maior percentagem de pessoas com deficiência encontra-se na faixa etária dos 15 à 64 anos, no entanto, é notória a percentagem de crianças de 0-14 anos com deficiência mental (31,3%), com dificuldade de memória ou de concentração (31,3%) e surdas (30,6%). Ver Quadro 11.2.

QUADRO 11.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO TIPO DE DEFICIÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipo de Deficiência	Grupos de idade				
	0 - 14	15 - 64	65+	%	Total
Cego	18,5	53,4	28,1	100,0	57 434
Surdo	30,6	58,9	10,4	100,0	69 085
Braço(s)/amputado(s)/atrofiado(s)	18,9	68,7	12,4	100,0	56 514
Perna(s)/amputada(s)/atrofiada(s)	20,2	65,5	14,3	100,0	122 940
Paralisia	25,5	57,5	17,0	100,0	47 030
Mental	31,3	64,2	4,4	100,0	52 816
Dificuldade para ver mesmo usando óculos	9,4	62,6	28,0	100,0	84 033
Dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo	24,5	58,6	16,8	100,0	40 459
Dificuldade de memória ou de concentração	31,3	60,1	8,6	100,0	34 926
Dificuldade de locomoção	13,4	59,9	26,8	100,0	119 226
Outra	27,1	62,7	10,2	100,0	95 197

Fonte: IV Recenseamento Geral da população e Habitação, 2017

A taxa específica de deficiência, mostra maior percentagem de pessoas com deficiência no grupo etário de 65 anos ou mais (13,5%), seguida de 3,4% no grupo etário de 15-64 anos e 1,2%, no grupo etário de 0-14 anos (Quadro 11.2).

As taxas específicas de pessoas com deficiência no grupo etário 15 a 64 anos são maiores na área rural (3,7%) do que na área urbana (2,8%). Ver Quadro 11,3

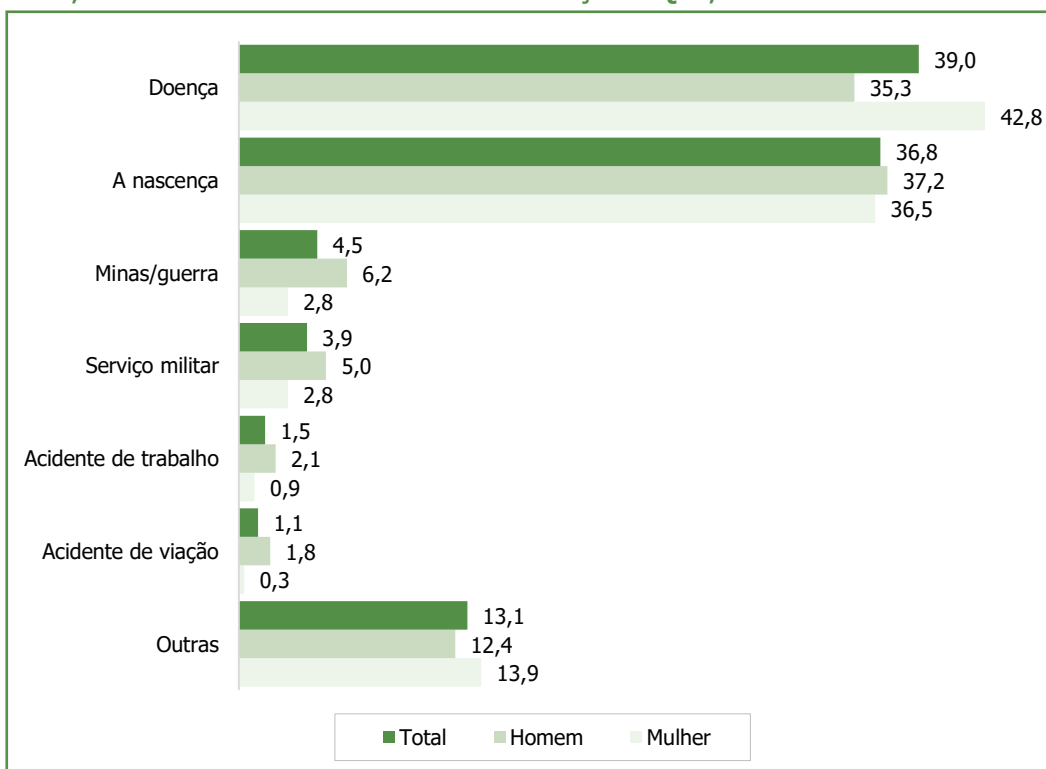
QUADRO 11.3 TAXAS ESPECÍFICAS DE DEFICIÊNCIA POR SEXO E ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO GRUPOS DE IDADE. MOÇAMBIQUE, 2017

Idade	Total			Urbana			Rural		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
0 - 14	1,2	1,4	1,1	1,2	1,3	1,1	1,3	1,4	1,2
15 - 64	3,4	3,7	3,1	2,8	3,1	2,5	3,7	4,1	3,4
65+	13,5	14	13,1	13	13,3	12,8	13,7	14,2	13,2

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017.

Em relação as causas de deficiência, destaca-se “Doença” como a predominante (39,0%), tanto para as mulheres (42,8%) como para os homens (35,3%). Ver Gráfico 11.2.

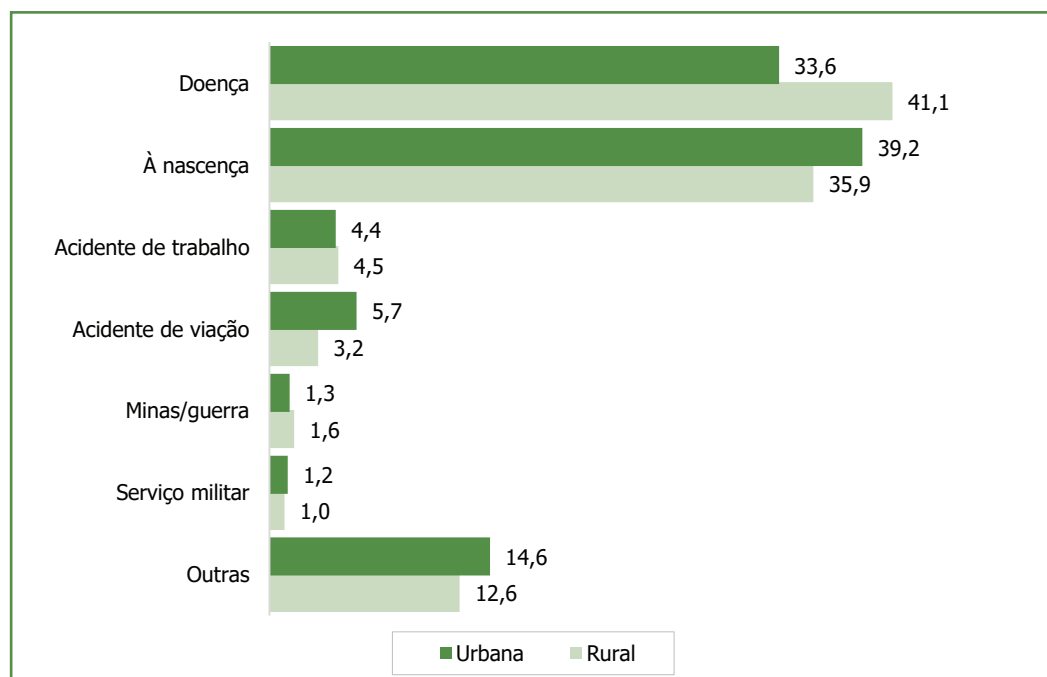
GRÁFICO 11.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA POR SEXO, SEGUNDO CAUSAS DE DEFICIÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017.



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em relação a área de residência, a causa predominante da deficiência é a doença, tanto na área urbana (33,6%) como na rural (41,1%). No entanto, verifica-se maior percentagem de pessoas que nasceram com deficiência, seja na área urbana (39,2%) como na rural (35,9%). Ver Gráfico 11.3.

GRÁFICO 11.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO CAUSAS DE DEFICIÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Para além de doença como causa predominante de deficiência, destaca-se ainda os acidentes de trabalho (13,5%) e de viação (10,4%), que contribuem, significativamente, na deficiência do tipo braço(s) amputado(s). Ver Quadro 11.4.

QUADRO 11.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA, POR CAUSAS DA DEFICIÊNCIA, SEGUNDO O TIPO DEFICIÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipo de Deficiência	Causas de Deficiência							Total	N
	À nascença	Doença	Minas/guerra	Serviço militar	Acidente de trabalho	Acidente de viação	Outras		
Cego	41,4	43,4	0,8	0,6	2,8	0,9	10,1	100,0	57 434
Surdo	56,7	34,6	0,5	0,4	0,8	0,5	6,4	100,0	69 085
Braço(s)/amputado(s)/atrofiado(s)	24,7	29,2	3,8	2,4	13,5	10,4	16,0	100,0	56 514
Perna(s)/amputada(s)/atrofiada(s)	40,5	29,0	3,6	1,8	6,9	8,5	9,7	100,0	122 940
Paralisia	32,5	48,3	0,6	0,4	5,2	1,6	11,4	100,0	47 030
Mental	49,3	36,9	0,3	0,3	0,8	1,2	11,2	100,0	52 816
Dificuldade para ver	23,4	51,5	0,9	0,8	4,0	1,4	18,0	100,0	84 033
Dificuldade para ouvir	43,7	41,4	0,8	0,8	1,3	1,0	11,0	100,0	40 459
Dificuldade de memória	47,6	36,9	0,5	0,7	1,0	1,9	11,4	100,0	34 926
Dificuldade de locomoção	25,2	43,3	1,8	1,5	5,1	6,6	16,5	100,0	119 226
Outra	37,0	38,1	0,9	0,7	3,7	2,1	17,6	100,0	95 197

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

¹Dificuldade para ver mesmo usando óculos

²Dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo

³Dificuldade de memória ou de concentração

12. ORFANDADE

Neste capítulo aborda-se, especificamente, a orfandade da população de faixa etária compreendida entre 0 – 17 anos de idade. Neste contexto, a orfandade é a condição social de um menor de idade cujo pai e/ou mãe faleceram. Apenas uma criança que perdeu ambos os progenitores é chamada de criança orfã, não obstante existirem termos como orfão de mãe ou materno, usado para designar alguém cuja mãe perdeu a vida e termo orfão de pai ou paterno para referir um indivíduo que perdeu o pai.

Do total da população recenseada, 14 261 208 são pessoas menores de 18 anos de idade, das quais 1 936 840 são orfãs. Destas, 516 596 são orfãs de mãe, 1 213 379 orfãs de pai e, 206 865 orfãs de ambos os progenitores (Quadro 12.1).

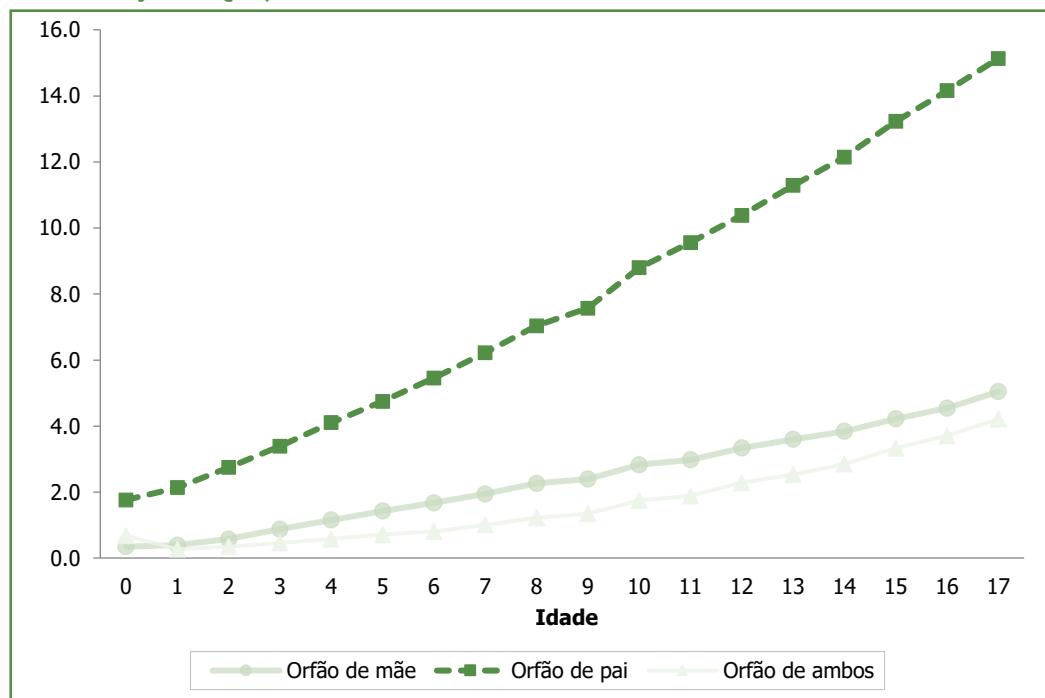
QUADRO 12.1 CRIANÇAS DE 0–17 ANOS POR CONDIÇÃO DE ORFANDADE. MOÇAMBIQUE, 2017

Condição de orfandade	Total	Homens	Mulheres
Total	14 261 208	7 083 186	7 178 022
Orfão de Mãe	516 596	255 332	261 264
Orfão de Pai	1 213 379	603 852	609 527
Orfão de Mãe e Pai	206 865	102 671	104 194
Não orfãos	12 324 368	6 121 331	6 203 037

Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação

Observando a situação da orfandade ao longo das idades, verifica-se que a percentagem de crianças orfãs de mãe, pai e ambos aumenta à medida que as suas idades avançam. No entanto, a orfandade paterna cresce de forma mais acelerada que as outras, (Gráfico 12.1).

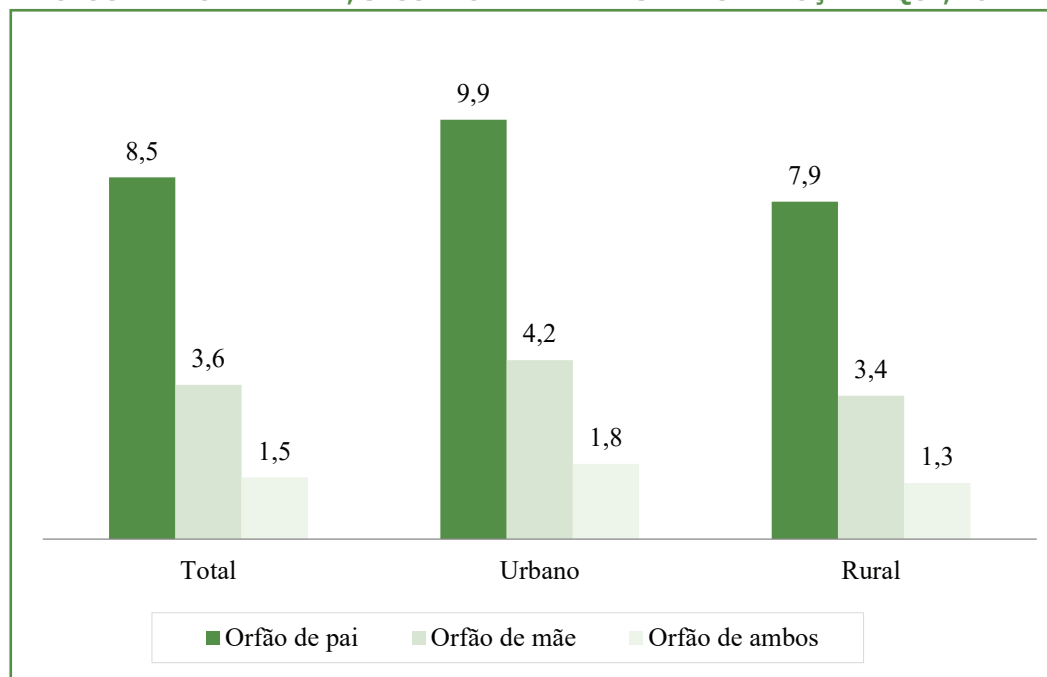
GRÁFICO 12.1 TENDÊNCIA DA CONDIÇÃO DE ORFANDADE DE CRIANÇAS, DE 0 - 17 ANOS. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em Moçambique, 8,5% das crianças, de 0 a 17 anos, são órfãs de pai, 3,6% de mãe e 1,5% de ambos. A maior concentração de crianças órfãs regista-se na área urbana, (Gráfico 12.2).

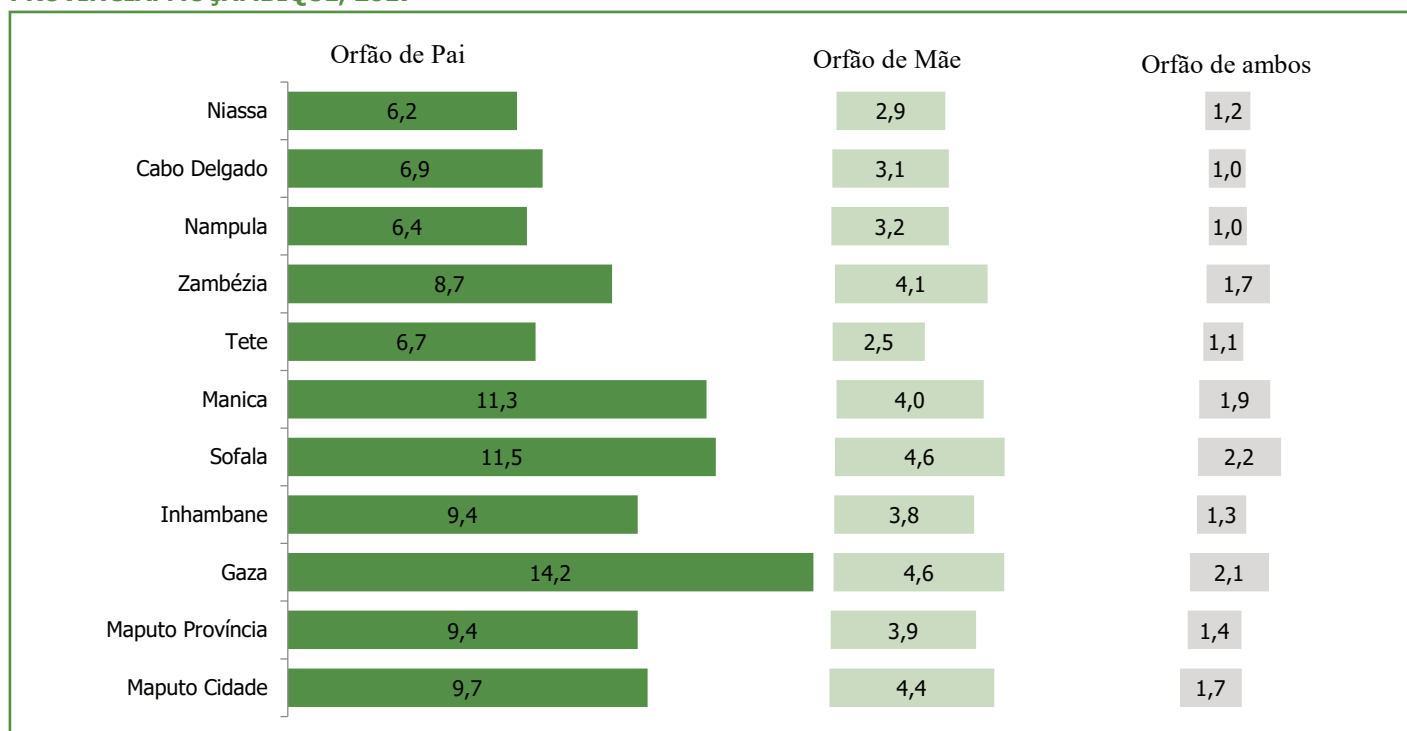
GRÁFICO 12.2 PERCENTAGEM DAS CRIANÇAS DE 0 A 17 ANOS DE IDADE, POR TIPOLOGIA DE ORFANDADE, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação 2017

A percentagem de crianças orfãs, por província, segundo a tipologia da orfandade, mostra que a maior parte da população de 0 a 17 anos de idade é orfã paterno e, a percentagem elevada destes, regista-se na província de Gaza, com 14,2%. As baixas percentagens de orfandade paterna são registadas nas províncias de Niassa e Nampula, com 6,2% e 6,4%, respectivamente (Gráfico 12.3).

GRÁFICO 12.3 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 - 17 ANOS DE IDADE, POR TIPOLOGIA DE ORFANDADE, SEGUNDO PROVÍNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação 2017

13. REGISTO DE MENORES

O acompanhamento de eventos demográficos numa população, tais como: nascimentos, óbitos, casamentos e divórcios, através de registo civil, tem uma grande importância para o cálculo de indicadores demográficos que permitem o acompanhamento do estado da população, em termos do seu tamanho e estrutura, por idade.

Os dados do Censo de 2017, mostram que, num total de 14 261 208 menores de 18 anos, foram registados 10 290 430, o que corresponde a 72,2%, não existindo diferenças percentuais a realçar, por sexo.

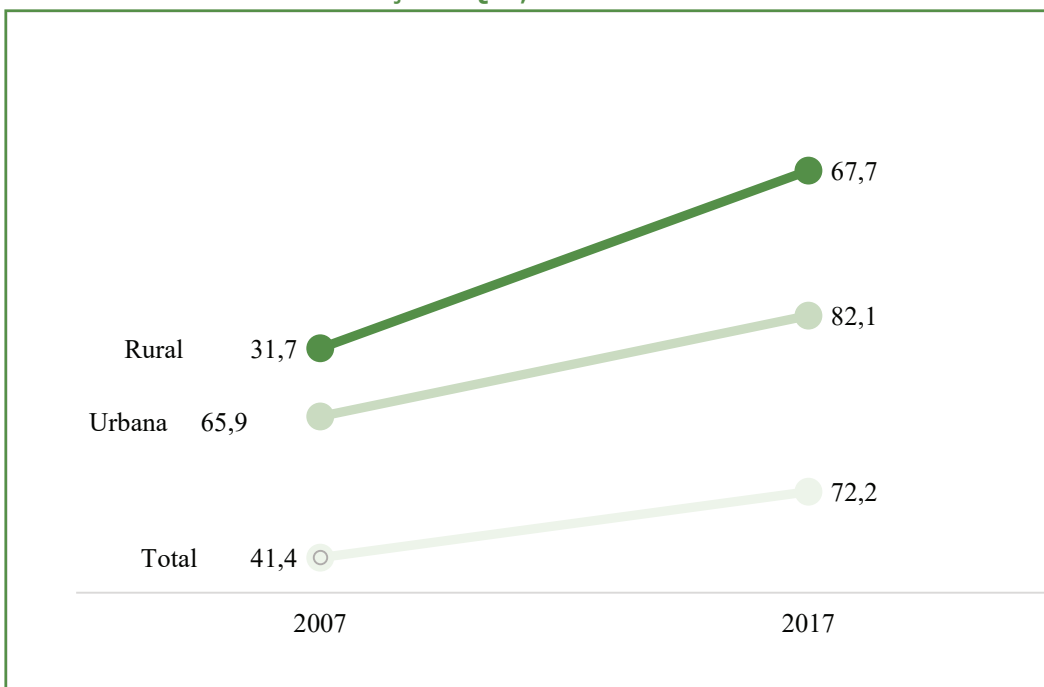
QUADRO 13.1 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 A 17 ANOS REGISTRADAS, POR SEXO, SEGUNDO IDADE. MOÇAMBIQUE, 2017

Idade	Percentagem de crianças registadas		
	Total	Homem	Mulher
N	14 261 208	7 083 186	7 178 022
Total	72,2	72,3	72,0
Urbano	82,7	82,6	82,8
Rural	67,7	68,0	67,3
0	32,2	72,3	32,1
1	45,0	32,3	44,8
2	50,3	45,2	50,2
3	54,2	50,4	54,3
4	58,3	54,2	58,3
5	63,6	58,3	63,9
6	72,9	63,4	73,2
7	79,3	72,7	79,4
8	82,9	79,2	83,0
9	85,9	82,7	86,0
10	86,8	85,7	86,9
11	90,1	86,6	90,3
12	89,0	89,9	89,1
13	90,8	88,9	90,8
14	90,7	90,8	90,5
15	88,9	90,9	88,2
16	89,8	89,5	88,5
17	89,9	91,2	88,3

Fonte: IV Recenseamento da População e Habitação, 2017

Fazendo uma análise comparativa entre os Censos 2007 e 2017, verifica-se um aumento no número de crianças registadas. A nível nacional, o registo de menores passou de 41,4% em 2007, para 72,2%, em 2017. Nota-se que, na área rural, a percentagem de crianças registadas, em 2017, é mais que o dobro das registadas em 2007, sendo 67,7% e 31,7%, respectivamente (Gráfico 13.1).

GRÁFICO 13.1 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 À 17 ANOS DE IDADE REGISTRADAS, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017

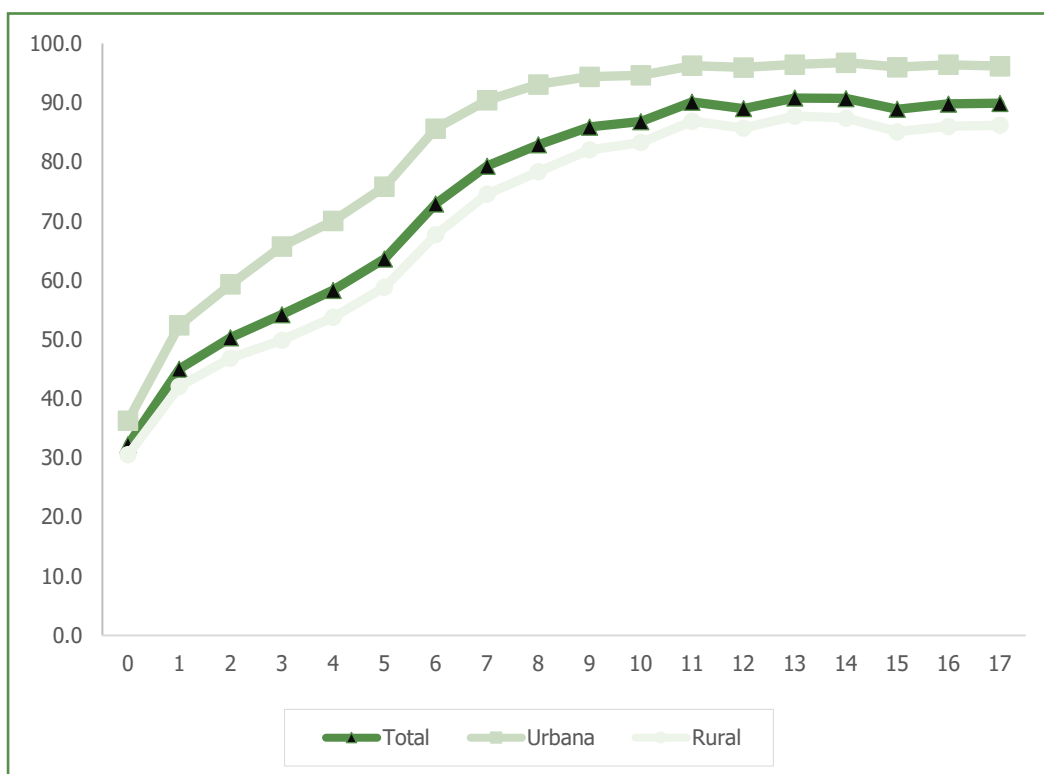


Fonte: III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007
IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Até aos 2 anos de idade, pouco mais de 50% de menores tem o registo civil efectuado. Esta percentagem tende a aumentar, à medida que as crianças se aproximam da idade escolar. Especificamente, aos 6 anos, a percentagem atinge cerca de 73%.

Na área urbana, até aos 6 anos de idade, 85,6% de crianças foram registadas, contra 67,7% na área rural, (Gráfico 13.2).

GRÁFICO 13.2 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 À 17 ANOS DE IDADE REGISTRADAS, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017

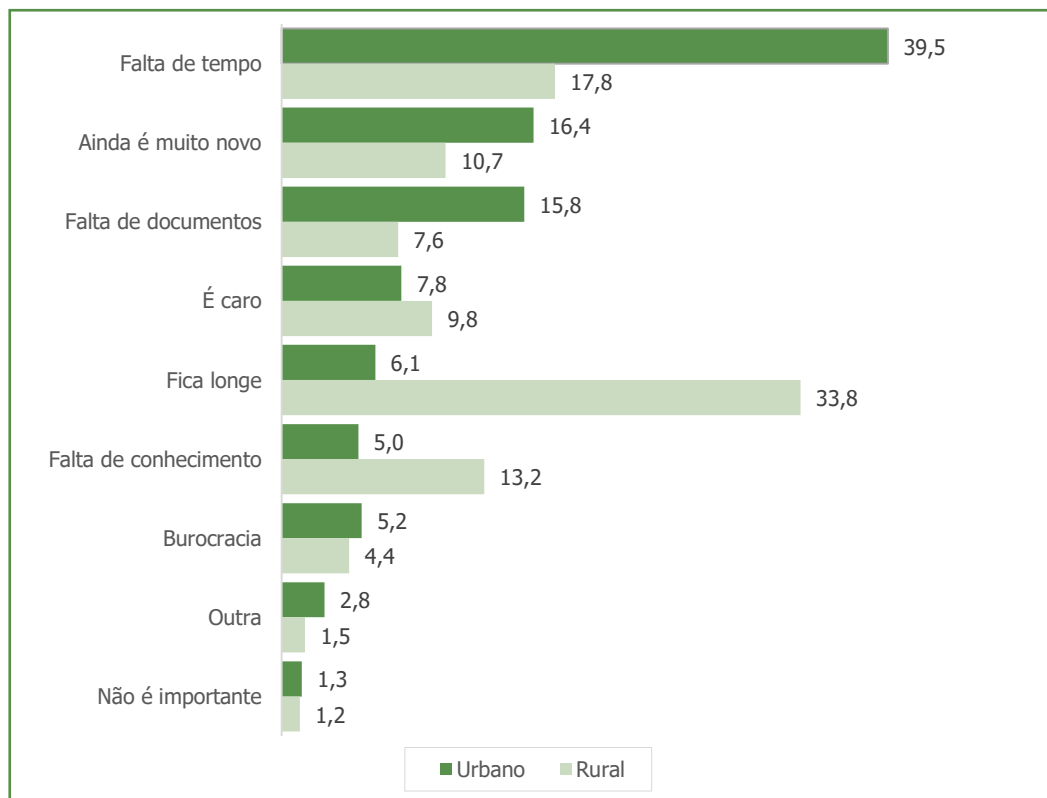


Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Para as crianças não registadas, procurou-se saber as principais causas de não registo, tendo sido referido “*Fica longe*”, com 28,9%, seguida de “*Falta de conhecimento*”, com 11,7%.

Fazendo uma análise comparativa das causas de não registo de menores entre os censos de 2007 e 2017, verifica-se que as causas mais frequentes são: “*Fica Longe*”, “*Falta de conhecimento*” e, “*É caro*”. Referir que o não registo de menores, por “*Outras causas*”, reduziu, significativamente, de 19,4% em 2007 para 1,7% em 2017, (Gráfico 13.3).

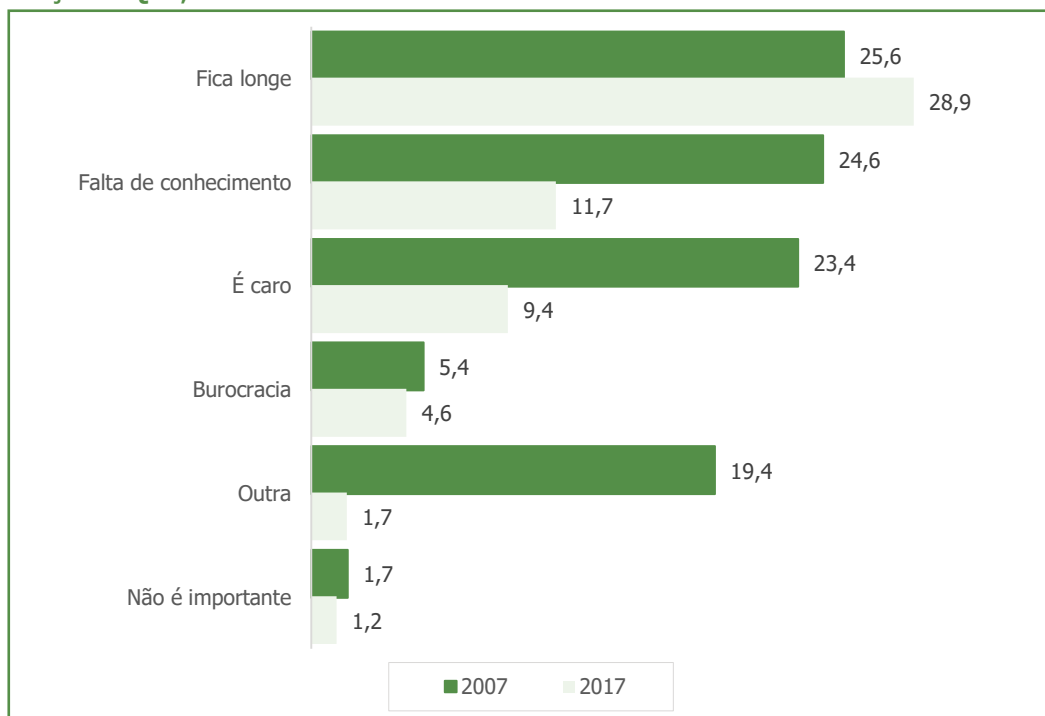
GRÁFICO 13.3 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 A 17 ANOS DE IDADE NÃO REGISTADAS, POR RAZÕES DE NÃO REGISTO. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017
III Recenseamento Geral da População e Habitação, 2007

Por área de residência, as principais causas de não registo são: “*Falta de tempo*” com 39,5%, seguida de “*Ainda é muito novo*”, com 16,4% na área urbana. Na área rural, destaca-se, “*Fica longe*” e “*Falta de tempo*”, com 33,8% e 17,8%, respectivamente, (Gráfico 13.4).

GRÁFICO 13.4 PERCENTAGEM DE CRIANÇAS DE 0 A 17 ANOS DE IDADE NÃO REGISTRADAS, POR RAZÕES DE NÃO REGISTO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

14. HABITAÇÃO

O acesso à habitação é um direito fundamental, uma vez que todas as pessoas necessitam de um local adequado para a sua privacidade bem como para a garantia de condição de vida de saúde e bem-estar. As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos como: água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento sócio-económico.

De acordo com o Censo 2017, a maior parte da população moçambicana (99,94%) vive em habitações particulares, tanto para área urbana (99,93%) como para rural (99,94%). No entanto, 0,04% da população não tem habitação e, 0,03% está em habitações colectivas (Quadro 14,1).

QUADRO 14.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE HABITAÇÃO. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipo de Habitação	Área de Residência		
	Total	Urbano	Rural
N	26 899 105	8 764 310	18 134 795
Total	100,00	100,00	100,00
Particular	99,94	99,93	99,94
Colectiva	0,03	0,05	0,01
Sem casa	0,04	0,02	0,04

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Quase metade das habitações são do tipo palhota (47,4%). Nesse tipo de habitações vive 48,0% de agregados familiares do País. Ainda, cerca de 46% da população moçambicana reside em palhotas (Quadro 14.2).

QUADRO 14.2 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS HABITAÇÕES, AGREGADOS FAMILIARES E SEUS MEMBROS, SEGUNDO TIPO DE HABITAÇÕES PARTICULARES. MOÇAMBIQUE, 2017

Tipo de Habitação	Habitações	Agregados Familiares	Pessoas
N	6 303 367	6 145 684	26 846 465
Total	100,0	100,0	100,0
Convencional	5,8	5,4	5,7
Flat/Apartamento	0,8	0,8	0,7
Palhota	47,4	48	45,6
Improvísada	0,2	0,2	0,2
Mista	22,6	22,6	22,9
Básica	22,8	22,7	24,5
Parte de edifício comercial	0,2	0,2	0,2
Outro	0,2	0,2	0,2

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Na área urbana predomina habitação do tipo casa básica (42,0%). Neste tipo de habitação vive 42,3% de agregados familiares e cerca de 43,7% da população. Na área rural, a palhota é o tipo de habitação predominante (60,3%), vivendo nela 60,9% de agregados familiares (Quadro 14.3).

QUADRO 14.3 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS HABITAÇÕES, AGREGADOS FAMILIARES E SEUS MEMBROS, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE HABITAÇÕES PARTICULARES. MOÇAMBIQUE 2017

Tipo de Habitação	Urbana			Rural		
	Habitação	Agregados Familiares	Pessoas ¹	Habitação	Agregados Familiares	Pessoas ¹
N	2 011 475	1 946 053	8 742 313	4 291 892	4 199 631	18 104 152
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casa Convencional	14,2	13,7	14,3	1,8	1,6	1,6
Flat/Apartamento	1,6	1,5	1,2	0,4	0,4	0,4
Palhota	19,9	20,1	18,5	60,3	60,9	58,7
Casa improvisada	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Casa mista	21,8	21,9	21,8	23,0	22,9	23,4
Casa básica	42,0	42,3	43,7	13,9	13,6	15,2
Parte edifício comercial	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Outro	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em relação ao regime de propriedade, nota-se maior percentagem de habitações em regime próprio (89,7%). É nessas habitações onde se encontra a maior parte de agregados familiares, com cerca de 90,0% (Quadro 14.4).

QUADRO 14.4 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE HABITAÇÕES PARTICULARES, AGREGADOS FAMILIARES E SEUS MEMBROS, SEGUNDO REGIME DE PROPRIEDADE. MOÇAMBIQUE, 2017

Regime de propriedade	Habitações particulares	Agregados Familiares	Pessoas ¹
N	6 118 798	6 145 684	26 846 465
Total	100,0	100,0	100,0
Própria	89,7	89,6	91,3
Arrendada/Alugada	5,6	5,6	4,5
Cedida	3,4	3,4	2,9
Outro	1,3	1,3	1,3

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Embora o regime próprio seja predominante em ambas as áreas de residência, na área urbana verifica-se percentagem elevada de habitações em regime de propriedade arrendada/alugada (13,4%), em comparação com área rural (2,0%). Ver Quadro 14.5.

QUADRO 14.5 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE HABITAÇÕES PARTICULARES, AGREGADOS FAMILIARES E SEUS MEMBROS, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO REGIME DE PROPRIEDADE. MOÇAMBIQUE, 2017.

Regime de propriedade	Urbana			Rural		
	Habitações particulares	Agregados Familiares	Pessoas ¹	Habitações particulares	Agregados Familiares	Pessoas ¹
N	1 931 933	1 946 053	8 742 313	4 186 865	4 199 631	18 104 152
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Própria	80,3	80,1	84,4	94,1	94,1	94,7
Alugada	13,4	13,4	10,1	2,0	2,0	1,8
Cedida	4,9	4,9	4,0	2,7	2,7	2,3
Outro	1,5	1,5	1,4	1,2	1,2	1,2

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

O material de construção predominante nas paredes é o bloco de adobe (30,7%). Na cobertura, predomina capim/colmo/palmeira (50,7%) e, no pavimento, destaca-se o adobe (44,0%). Ver Quadro 14.6.

Por área de residência, na urbana, o material predominante na construção das paredes, é o bloco de cimento (44,7%) e, na rural, predomina o bloco de adobe (35,1%).

Na área urbana, o material predominante na cobertura é a chapa de zinco (68,8%) e, na rural, é capim/colmo/palmeira (64,2%). O pavimento das habitações da área urbana é, maioritariamente, constituído por cimento (61,3%) e, o da rural é adobe (55,9%). Ver Quadro 14.6.

QUADRO 14.6 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS HABITAÇÕES PARTICULARES, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO TIPO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DAS PAREDES, PAVIMENTO E DE COBERTURA. MOÇAMBIQUE, 2017

Material de construção	Área de Residência		
	Total	Urbano	Rural
N	6 303 367	2 011 475	4 291 892
Parede	100,0	100,0	100,0
Bloco de cimento	19,1	44,7	7,1
Bloco de tijolo	11,7	13	11,1
Madeira/zinco	2,2	2,3	2,1
Bloco de adobe	30,7	21,1	35,1
Caníço/paus/bambú/palmeira	13	7,5	15,6
Paus maticados (pau a pique)	22,3	10,7	27,8
Lata/cartão/papel/saco/casca	0,2	0,1	0,2
Outros	0,8	0,5	0,9
Pavimento	100,0	100,0	100,0
Madeira/Parquet	0,9	2,2	0,3
Mármore/granulito	0,1	0,2	0,1
Cimento	33,5	61,3	20,4
Mosaico/tijoleira	2,6	6,7	0,7
Adobe(terra batida)	44	18,5	55,9
Sem nada	18,5	10,9	21,6
Outros	0,9	0,6	1
Cobertura	100,0	100,0	100,0
Laje de betão (cimento)	1,8	4,2	0,7
Telha	0,5	1	0,2
Chapa de lusalite	1,9	3,8	0,9
Chapa de zinco	44,6	68,8	33,2
Capim/colmo/palmeira	50,7	21,8	64,2
Outros	0,6	0,5	0,6

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

A principal fonte de iluminação nas habitações particulares é a pilha (41,1%), seguida de electricidade (22,2%). Mais da metade (57,2%) das habitações da área urbana usa electricidade como principal fonte de iluminação, contra 5,8% na área rural (Quadro 14.7).

Quase um terço (31,8%) das habitações particulares têm como principal fonte de água para beber, poço não protegido, seguida de furo/poço protegido com bomba manual (15,7%). Cerca de 30% das habitações da área urbana tem, como principal fonte de abastecimento de água para beber, água canalizada fora de casa/quintal. Na área rural destaca-se poço não protegido (40,7%), Ver Quadro 14.7.

QUADRO 14.7 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS HABITAÇÕES PARTICULARES, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO SERVIÇOS BÁSICOS. MOÇAMBIQUE, 2017

Serviços básicos	Área de Residência		
	Total	Urbano	Rural
N	6 303 367	2 011 475	4 291 892
Energia - Total	100,0	100,0	100,0
Electricidade	22,2	57,2	5,8
Gerador / Placa solar	3,2	1,5	3,9
Gás	0,1	0	0,1
Petróleo / Parafina / Querosene	7,6	9,2	6,8
Velas	4	6,4	2,9
Baterias	5,9	1,5	7,9
Lenha	12,2	3,1	16,5
Pilhas	41,1	17,5	52,2
Outras	3,8	3,5	4
Fonte de abastecimento de Água	100,0	100,0	100,0
Água Canalizada dentro de casa	4,8	11,5	1,6
Água Canalizada fora de casa/quintal	12	30,2	3,5
Água Canalizada na casa do vizinho	6,3	16,7	1,5
Água de fontanário/ torneira pública	9,3	10,3	8,8
Água de furo/poço protegido com bomba manual	15,7	7	19,7
Água de poço protegido sem bomba manual	6,8	5,9	7,2
Água de poço não protegido	31,8	12,7	40,7
Água de nascentes	2	0,6	2,7
Água de superfície (rio/lago/lagoa)	8,9	2,3	12
Água da chuva	0,8	0,4	1,1
Água de camiões tanque/carregada em tambores	0,3	0,2	0,4
Água mineral /Água engarrafada	0,3	0,5	0,2
Outra	0,3	0,4	0,3
Saneamento básico	100,0	100,0	100,0
Retrete com autoclismo dentro de casa	4,1	10,2	1,3
Retrete sem autoclismo fora de casa	2,3	5,7	0,8
Retrete sem autoclismo	4,1	10,5	1,2
Latrina melhorada	14,1	28,2	7,5
Latrina tradicional melhorada	14,8	17,9	13,3
Latrina não melhorada	36,6	20,3	44,2
Sem retrete / Latrina	23,3	6,0	31,4

Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

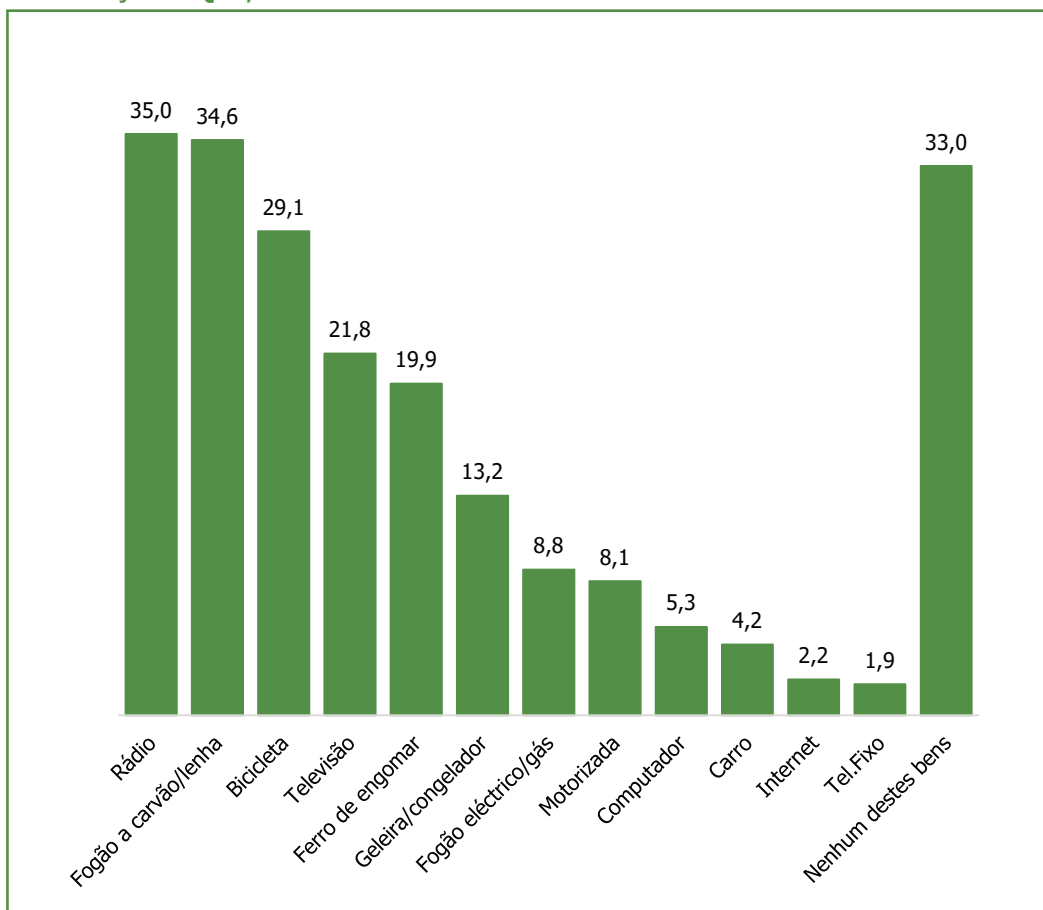
Em relação ao saneamento, 36,6% das habitações tem latrina não melhorada, seguida das habitações sem retrete/latrina (23,3%). A mesma situação regista-se na área rural onde 44,2% das habitações tem latrina não melhorada e, 31,4% sem retrete/latrina. Na área urbana, 28,2% das habitações tem latrina melhorada, seguida de latrina não melhorada com 20,3% (Ver Quadro 14.7).

15. POSSE DE BENS DURÁVEIS

A posse de bens duráveis no agregado familiar é um indicador relevante para o bem-estar familiar e social. Em Moçambique, 67,0 % dos agregados familiares possuem, pelo menos um dos bens ilustrados no Gráfico 15.1.

A maior parte dos agregados familiares possui rádio (35,0%), seguido de fogão a carvão/lenha (34,6%) e bicicleta (29,1%). Ver Gráfico 15.1.

GRÁFICO 15.1 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES, POR POSSE DE BENS DURÁVEIS, SEGUNDO TIPO DE BEM. MOÇAMBIQUE, 2017

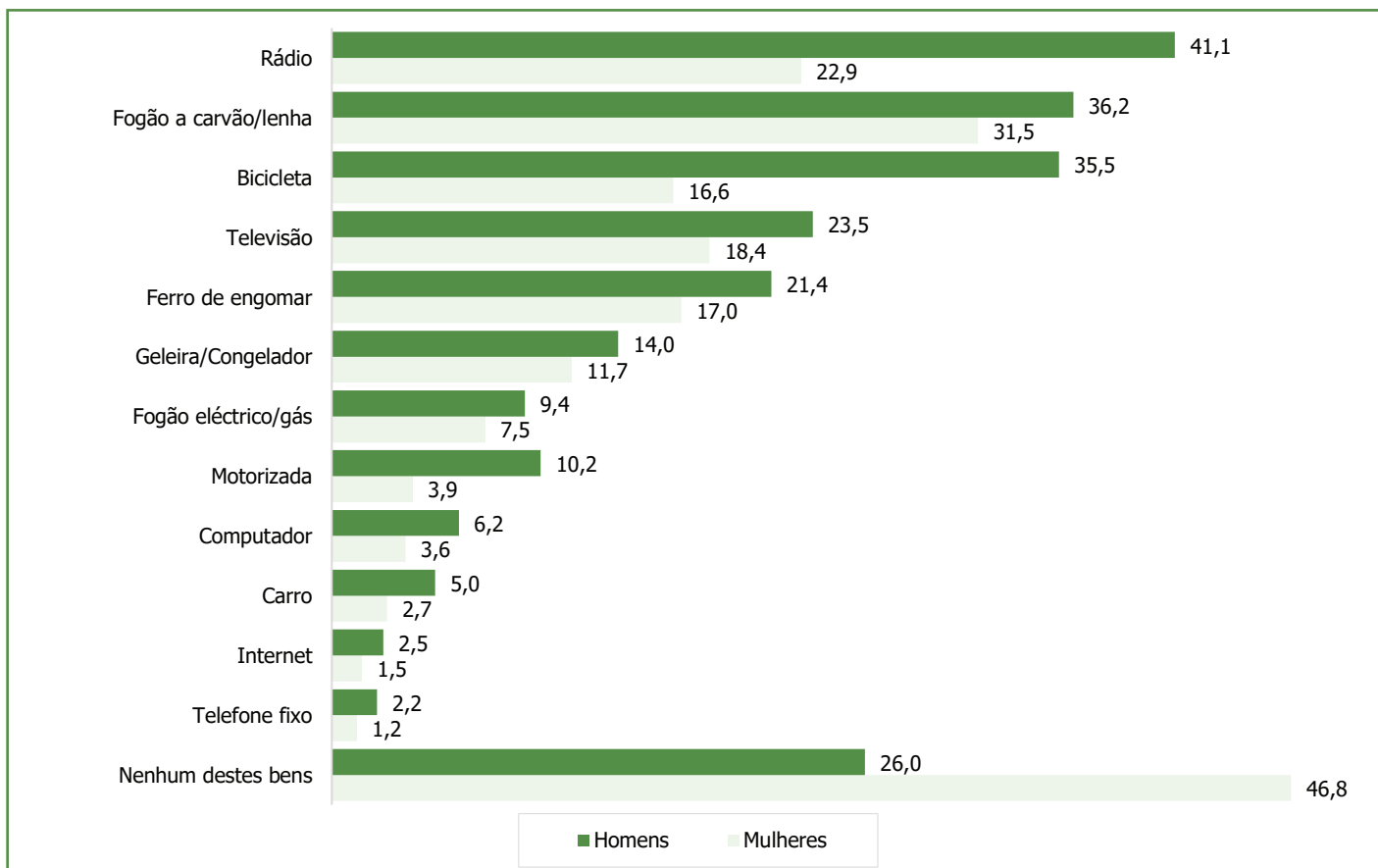


Fonte: IV Recenseamento Geral da população e Habitação 2017

Setenta e quatro por cento de agregados familiares, chefiados por homens, possui pelo menos, um dos bens em análise e, 53,2% de agregados chefiados por mulheres, possui pelo menos um destes bens (Gráfico 15.2).

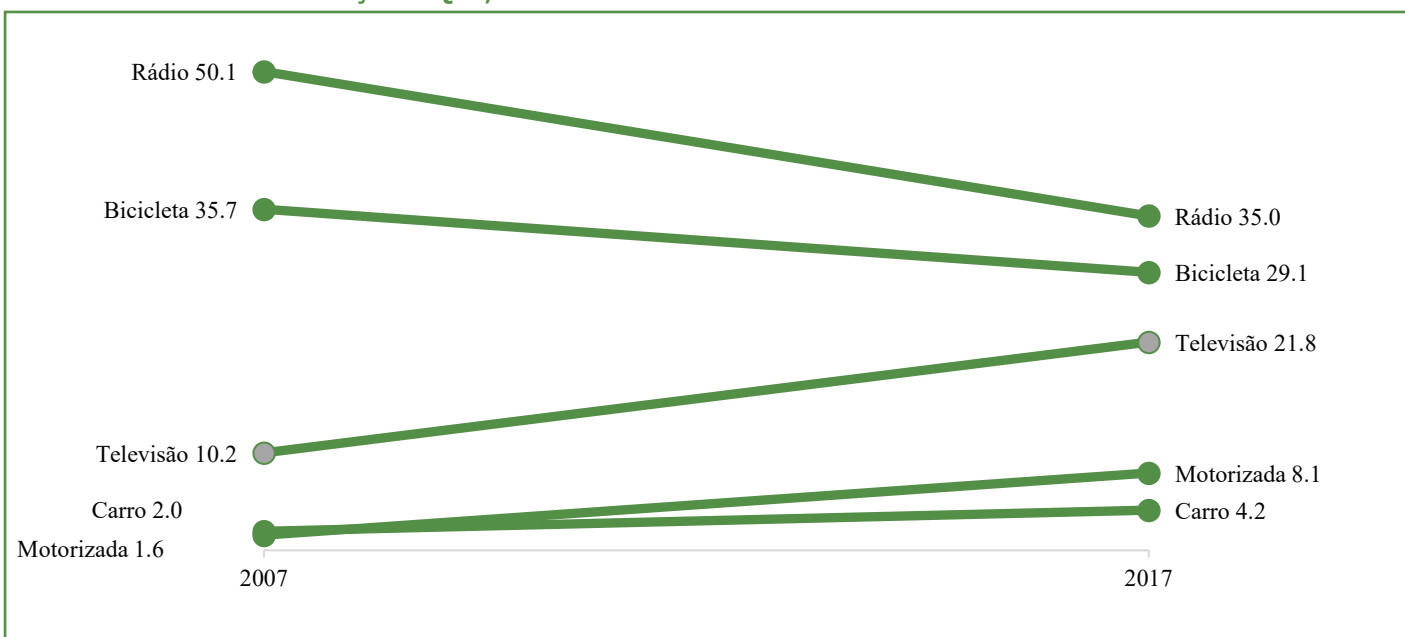
Tanto para agregados familiares chefiados por homens como os chefiados por mulheres, o rádio (41,1% para homens e 22,9% para mulheres) e o fogão a carvão/lenha (36,2% e 31,5%) são os bens que a população mais detém (Gráfico 15.2).

GRÁFICO 15.2 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES, POR POSSE DE BENS DURÁVEIS, SEGUNDO TIPO DE BEM E SEXO DO CHEFE. MOÇAMBIQUE, 2017



De 2007 à 2017, a percentagem de agregados familiares que possui rádio, diminuiu de 50,1% para 35,0%. Em contrapartida, subiu a percentagem de agregados familiares com televisão, de 10,2% para 21,8%. Esta variação verifica-se, também, nos meios de transporte, com a redução de agregados familiares com bicicleta, de 35,7% para 29,1% e aumento de agregados familiares com motorizada de 1,6% para 8,1%, no período em análise (Gráfico 15.3).

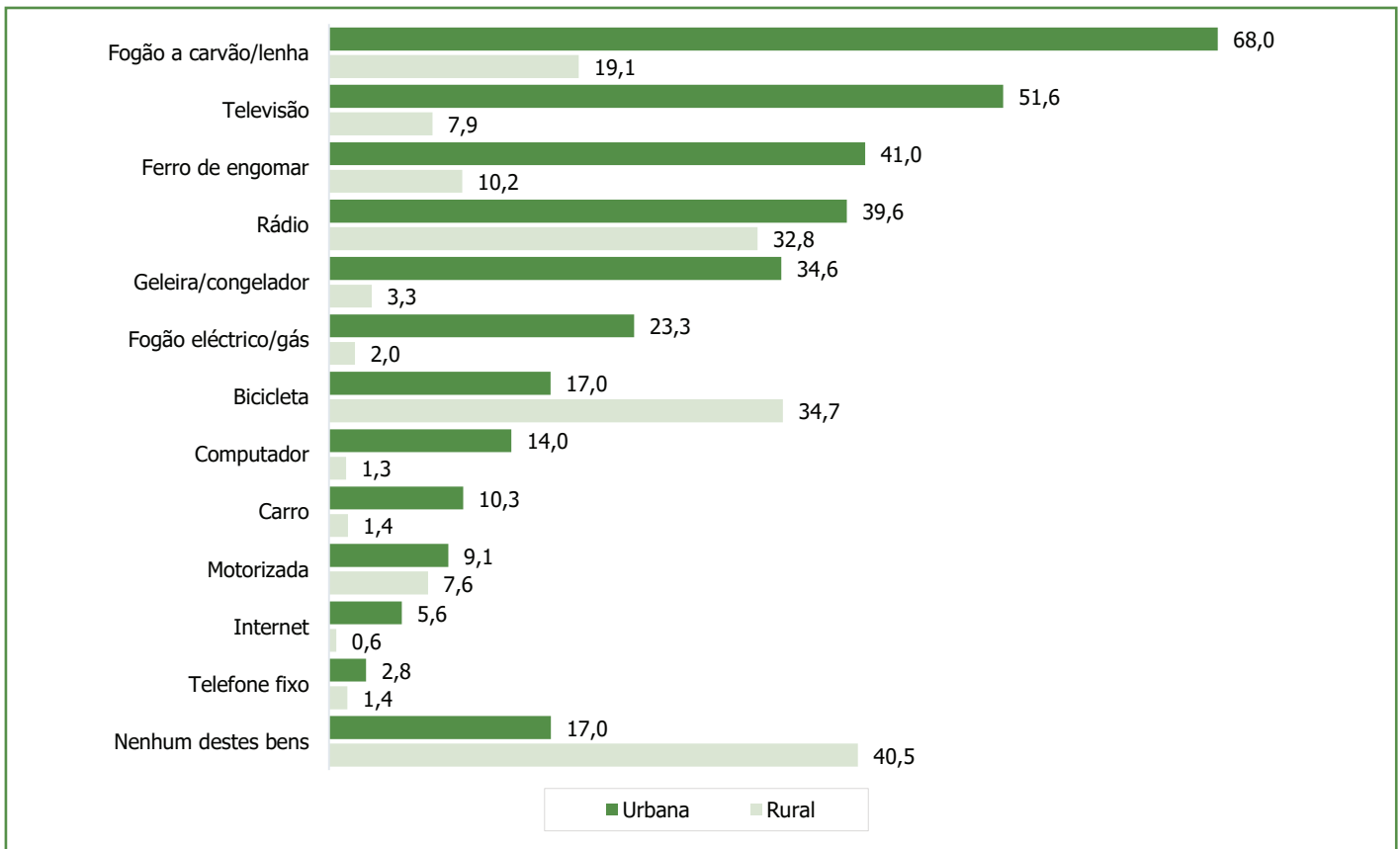
GRÁFICO 15.3 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES, POR POSSE DE BENS DURÁVEIS SELECIONADOS, SEGUNDO TIPO DE BEM. MOÇAMBIQUE, 2007 E 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Os agregados familiares da área urbana têm maior posse de bens duráveis (83,0%) em comparação com os da área rural (59,5%). Entre os bens seleccionados apenas a bicicleta (34,7%) é mais predominante nos agregados familiares da área rural (Gráfico 15.4).

GRÁFICO 15.4 PERCENTAGEM DOS AGREGADOS FAMILIARES, POR POSSE DE BENS DURÁVEIS, SEGUNDO TIPO DE BEM E ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da população e Habitação, 2017

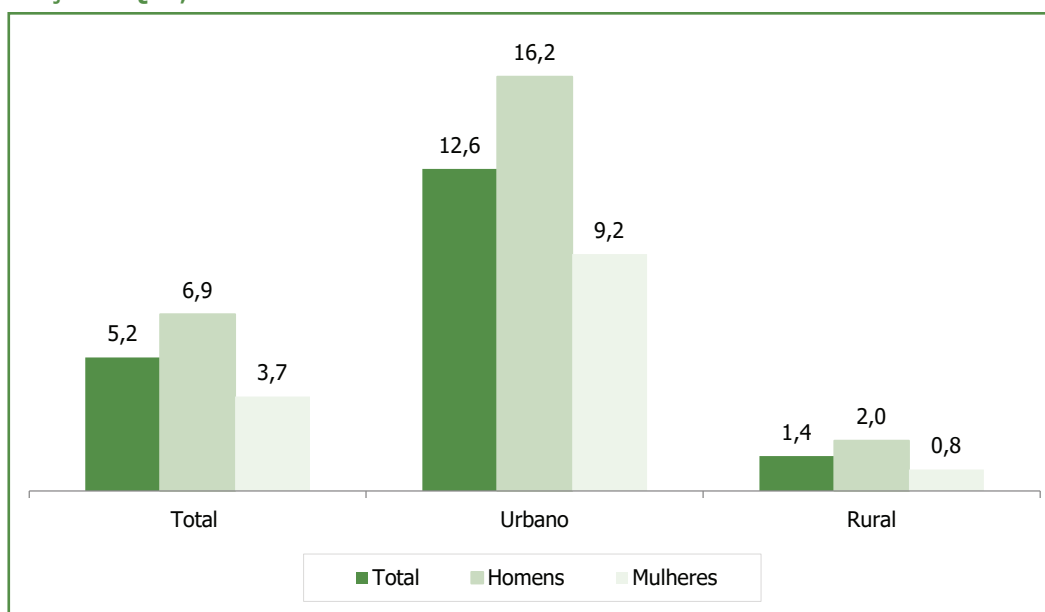
16. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No Censo de 2017, foram captadas informações sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, nomeadamente, o uso de computador, internet e a posse do telefone celular.

No geral, o uso das tecnologias de informação e comunicação em Moçambique ainda é deficitário. Por exemplo, segundo os dados apresentados no Gráfico 16.1, apenas 5,2% da população de 7 anos ou mais usou computador nos últimos 3 meses anteriores ao período de recolha de dados, independentemente do local do uso.

A percentagem de homens que usaram computador nos últimos 3 meses é quase o dobro (6,9%) da percentagem de mulheres na mesma situação (3,7%). Em relação a área de residência, os dados indicam que 12,6% da população residente na área urbana usou computador, enquanto que na área rural, apenas 1,4% da população usou computador (Gráfico 16.1).

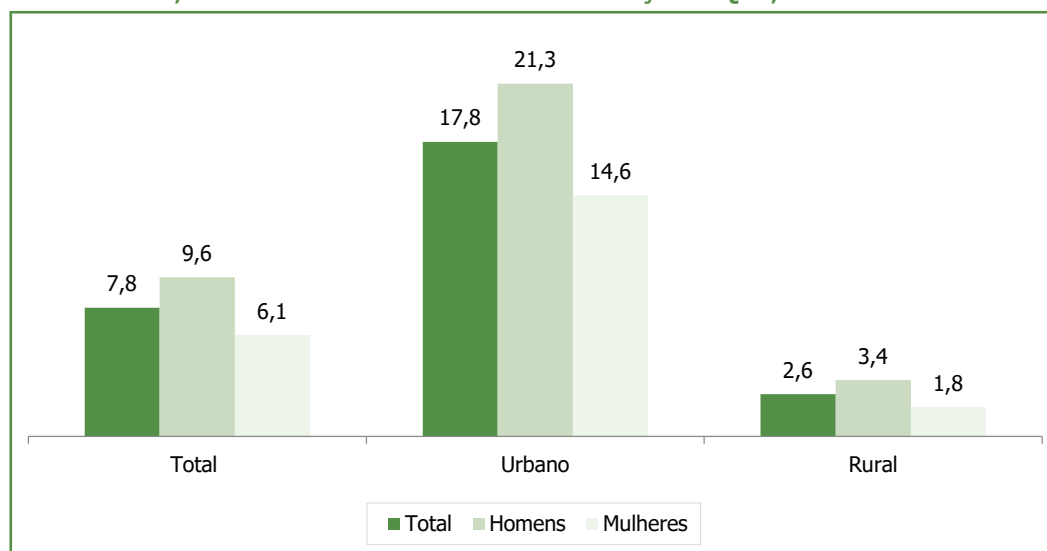
GRÁFICO 16.1. PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 7 ANOS OU MAIS QUE USOU COMPUTADOR, NOS ÚLTIMOS 3 MESES, POR ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral de População e Habitação

Relativamente ao uso de internet, em Moçambique apenas 7,8% da população usou a internet no período de referência. A percentagem de homens que usou internet é maior (9,6%), em comparação com a das mulheres (6,1%). A área urbana é a que mais usuários tem (17,8%), comparativamente com a área rural (2,6%). Ver Gráfico 16.2.

GRÁFICO 16.2. POPULAÇÃO DE 7 ANOS OU MAIS, POR USO DE INTERNET, NOS ÚLTIMOS 3 MESES, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da população e Habitação, 2017

Relativamente aos meios usados para aceder à internet, o celular foi o meio mais usado (62,7%). Observa-se maior percentagem de mulheres (67,9%) que usam telefone celular em comparação com os homens (59,1%). Ver Quadro 16.1.

Contrariamente ao uso de telefone celular, o computador/tablet é mais usado entre os homens (20,9%) do que entre as mulheres (15,2%). Ver Quadro 16.1.

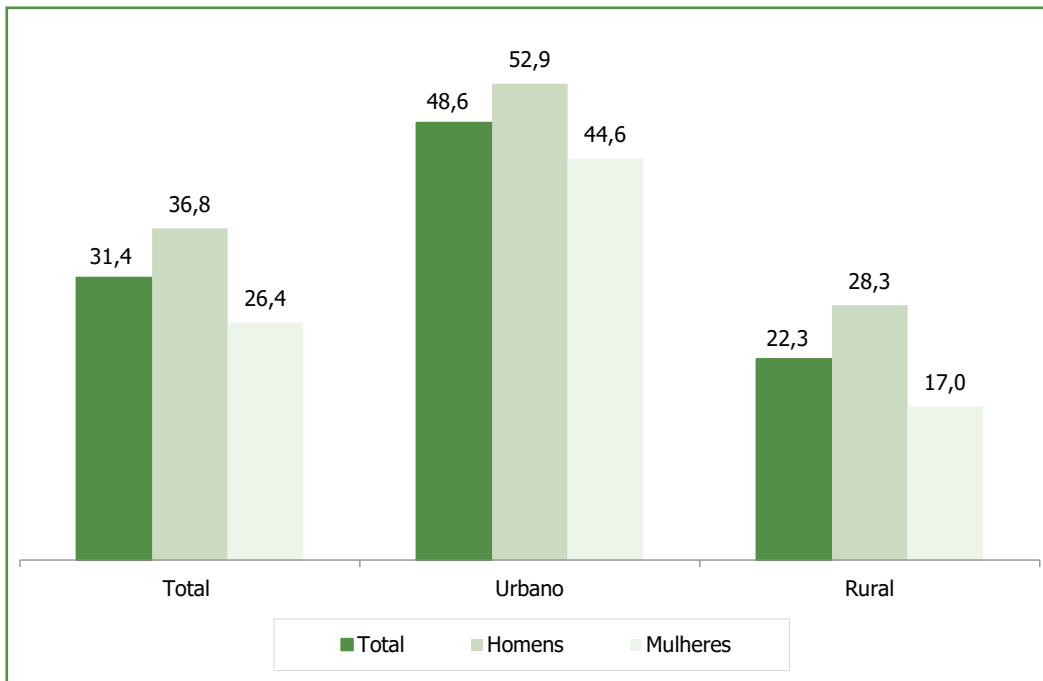
QUADRO 16.1. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 7 ANOS OU MAIS QUE USOU INTERNET NOS ÚLTIMOS 3 MESES, POR MEIO QUE USOU PARA ACEDER À INTERNET, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE 2017

Área de residência e sexo	Meio usado			Total	N
	Computador/tablet	Celular	Ambos		
Total	18,6	62,7	18,7	100,0	1 585 722
Homens	20,9	59,1	20,0	100,0	930 573
Mulheres	15,2	67,9	16,8	100,0	655 149
Urbana	19,1	59,5	21,4	100,0	1 243 847
Homens	21,5	55,3	23,2	100,0	715 405
Mulheres	15,8	65,2	19,0	100,0	528 442
Rural	16,6	74,6	8,9	100,0	341 875
Homens	18,7	71,8	9,5	100,0	215 168
Mulheres	12,9	79,3	7,7	100,0	126 707

Fonte: IV Recenseamento de População e Habitação, 2017

A posse de telefone celular registou um crescimento acentuado entre os dois Censos, ao passar de 0,6%, em 2007, para 31,4%, em 2017. Os homens são os que mais possuem telefone celular (36,8%), comparativamente as mulheres (26,4%). Na área urbana, 48,6% da população possui telefone celular; desta, destaca-se os homens com 52,9% e 44,6%, sendo as mulheres. Na área rural, 22,3% da população é possuidora de telefone celular; desta população, 28,3% são homens e 17,0% são mulheres (Gráfico 16.3).

GRÁFICO 16.3. POPULAÇÃO DE 7 ANOS E MAIS POR POSSE DE TELEFONE CELULAR, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

No que concerne ao número de vezes que a população de 7 anos ou mais usou a internet, nos últimos 3 meses anteriores ao Censo, percebe-se que a maioria usou mais de 50 vezes (67,7%). A percentagem de pessoas que usaram mais de 50 vezes é maior, na área urbana (70,7%), em comparação com a rural (56,0%). Ver Quadro 16.2.

QUADRO 16.2. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 7 ANOS OU MAIS POR NÚMERO DE VEZES QUE USOU INTERNET NOS ÚLTIMOS 3 MESES, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017

Área de residência e sexo	Número de vezes que usou internet			Total	N
	Menos de 10	De 10 a 50	Mais de 50		
Total	9,6	22,7	67,7	100,0	1 585 722
Homens	10,1	22,6	67,3	100,0	930 573
Mulheres	8,9	22,7	68,4	100,0	655 149
Urbana	8,3	21,0	70,7	100,0	1 243 847
Homens	8,4	21,0	70,6	100,0	715 405
Mulheres	8,2	21,0	70,8	100,0	528 442
Rural	14,7	29,3	56,0	100,0	341 875
Homens	16,2	28,5	55,3	100,0	215 168
Mulheres	12,1	30,8	57,1	100,0	126 707

Fonte: IV Recenseamento Geral de População e Habitação, 2017.

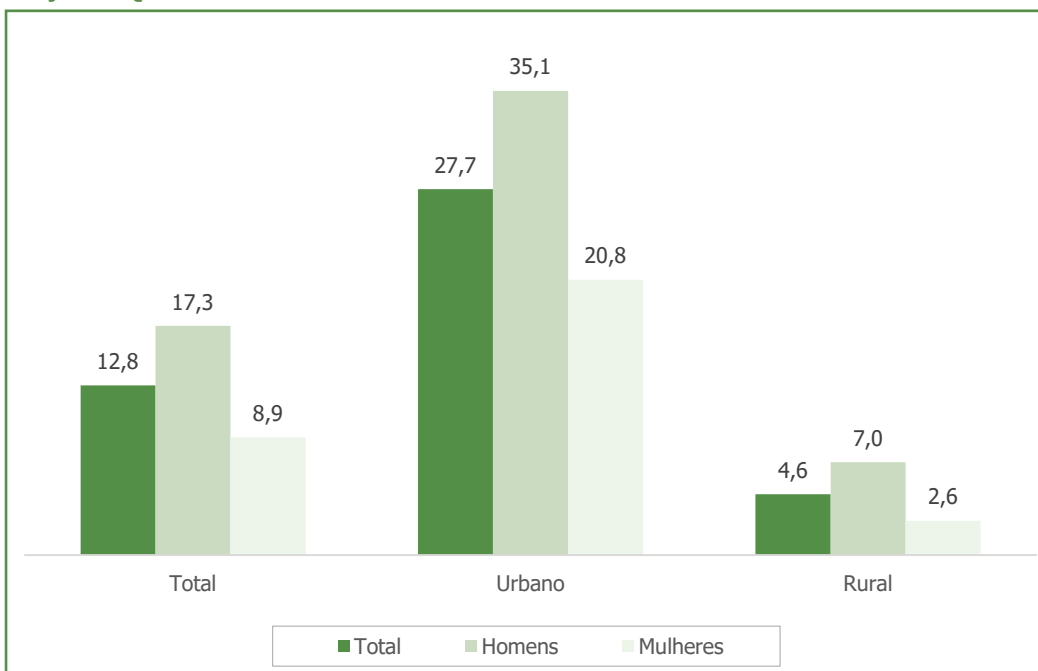
17. INCLUSÃO FINANCEIRA EM MOÇAMBIQUE

A inclusão financeira, corresponde ao acesso aos serviços financeiros, ou seja, ausência de obstáculos ou barreiras no uso dos serviços financeiros pelos cidadãos.

O IV Recenseamento Geral da População e Habitação captou informações sobre posse de conta bancária e uso de serviços financeiros. No país, 12,8% da população, de 15 anos ou mais, possui conta bancária.

A percentagem de homens que possui conta bancária (17,3%) é quase o dobro de mulheres (8,9%). Em relação a área de residência, 35,1% da população de 15 anos ou mais residente na área urbana, tem conta bancária contra 7,0% da área rural (Gráfico 17.1).

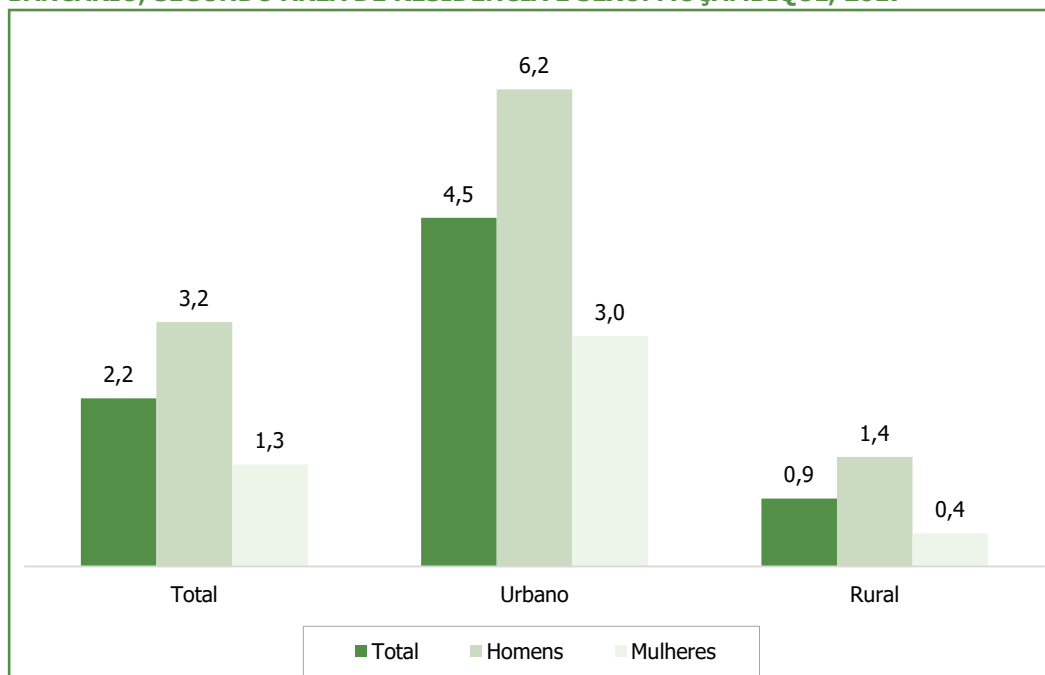
GRÁFICO 17.1 DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS, POR POSSE DE CONTA BANCÁRIA, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Relativamente ao crédito bancário, 2,2% da população de 15 anos ou mais, tem crédito. Há mais homens (3,2%) com crédito bancário do que mulheres (1,3%). Na área urbana, a percentagem dos homens que têm crédito bancário, é cerca de quatro vezes mais (6,2%) que a dos homens da área rural (1,4%). Ver Gráfico 17.2.

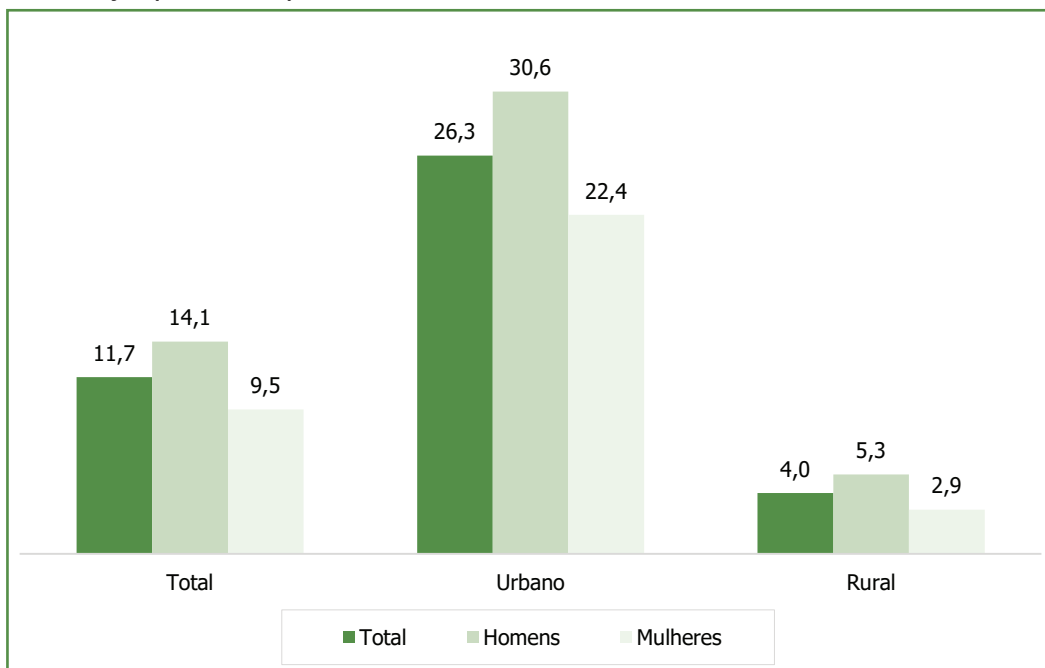
GRÁFICO 17.2 PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS COM CRÉDITO BANCÁRIO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SEXO. MOÇAMBIQUE, 2017



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017

Em relação ao uso de serviços financeiros móveis (mPesa, mKesh e outros similares), o Censo de 2017 apurou que 11,7% da população de 7 anos ou mais, usa serviços financeiros móveis. A percentagem do uso de serviços financeiros móveis é mais elevada nos homens (14,1%) do que nas mulheres (9,5%).

Mais de um quarto da População de 7 anos ou mais (26,3%) residente na área urbana usa serviços financeiros móveis; no entanto, na área rural, 4,0% da população, nessa faixa etária, usa os mesmos serviços (Gráfico 17.3).



Fonte: IV Recenseamento Geral da População e Habitação, 2017